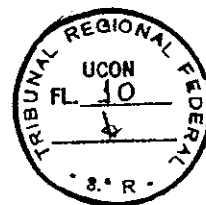


Justiça Federal da 3ª Região

Relatório de Gestão

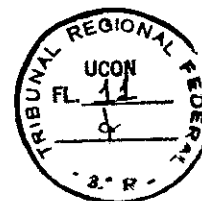
Exercício 2007





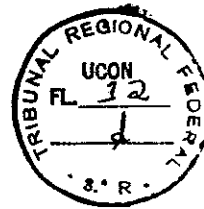
SUMÁRIO

DESCRIÇÃO	FOLHAS
1. Introdução.....	11
2. Mensagem.....	12
3. Estrutura Organizacional da Justiça Federal da Terceira Região.....	14
4. Objetivos e Metas.....	17
5. Detalhamento dos Resultados por ações e Demonstrativos.....	18
6. Indicadores.....	50
7. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo.....	62
8. Cumprimento às Determinações e Recomendações do Controle Interno.....	63
9. Atos de Admissão e Desligamento, Exigíveis no exercício de 2007.....	64
10. Atos de Concessão de Aposentadorias, Reformas, e pensão em 2007.....	65
11. Providências p/ Cumprimento das Determinações do TCU.....	66
12. Informações s/ itens 12,13 e 14 da Decisão Normativa nº 85/2007-TCU.....	66
13. Percentual das Funções Comissionadas e Cargos em Comissão.....	67
14. Conclusão.....	70



Este Relatório de Gestão busca demonstrar o resultado da Justiça Federal da 3ª Região no tocante à gestão dos recursos orçamentários a ela destinados, no exercício de 2007, com fundamento nas diretrizes definidas pela Decisão Normativa n.º 85, de 19 de setembro de 2007, com as alterações promovidas pela Decisão Normativa n.º 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

No referido Relatório estão consolidados os dados das Unidades Gestoras integrantes da 3ª Região, as metas e objetivos concebidos na programação orçamentária e avaliação do resultado de cada ação.



A gestão dos recursos públicos foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, Capítulo II, Seção I, Artigos 163 a 169, que tratam das Finanças Públicas; Lei n.º 4.320/64, que estatui normas de Direito Financeiro, sobre o Orçamento, as Finanças e o Patrimônio Público nas esferas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94, no que diz respeito à licitação, dispensa e contratos dos entes da Administração Direta e Indireta; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para responsabilidade na Gestão Fiscal e outras normas que norteiam a Administração e execução de tais recursos públicos. Também constitui subsídio à condução dos gastos, a jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União.

No curso do exercício, diversas atuações contribuíram para a prestação jurisdicional da Justiça Federal da 3.ª Região, tais como: a semana de conciliação ocorrida em julho, que objetivou os processos relativos à discussão do contrato de financiamento realizado pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Seu acontecimento marcou o início de uma ação integrada que se renovou durante o exercício de 2007, incluindo os processos de Segunda Instância. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região inovou ao permitir a conciliação em todos os tipos de processos.

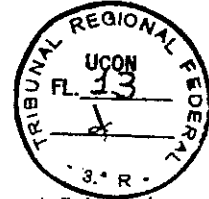
Para enfrentar os transtornos estabelecidos nos aeroportos de São Paulo-Capital, o Judiciário Federal e Estadual uniram forças e inauguraram os Juizados Especiais Mistos (Estadual e Federal) nos aeroportos de Congonhas e Cumbica. Esses postos de atendimento emergencial foram criados com o objetivo de solucionar problemas referentes a cancelamentos e atrasos de vôos. A competência do Juizado Especial Federal, subordinado ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foi fixada nas ações que envolvam a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero). Problemas com as companhias aéreas serão resolvidos pelo Juizado Estadual.

Quanto aos recursos orçamentários para as ações do TRF3ª Região e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, foram despendidos criteriosamente, buscando a manutenção e atualização dos meios tecnológicos disponíveis. Além disso, foram realizados cursos, seminários, palestras e congressos para promover a integração, aprimoramento e desenvolvimento técnico e comportamental dos Agentes Públicos da Instância.

A busca pela aquisição de novas instalações e o cuidado com a manutenção e melhorias daquelas já existentes foram as metas para o emprego dos recursos orçamentários. Frutos dessa preocupação são as novas instalações da 3ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, em São José dos Campos, bem como a assinatura do termo de doação da Prefeitura de Ribeirão Preto para a Justiça Federal de um terreno de 6 mil m2 às margens da Rodovia Anhangüera, cujo destino é a construção de um futuro Pólo Administrativo-Judiciário naquela região.

Tendo em vista a necessidade de melhoria e adequação das instalações físicas da sede da 16ª Subseção Judiciária de São Paulo, foi adquirido novo imóvel para o Fórum Federal de Assis. A fim

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



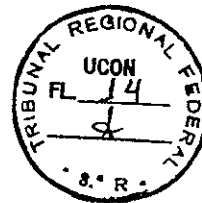
de adequar as instalações físicas da nova sede, foram elaborados estudos técnicos para definição da forma de ocupação do imóvel, abrangendo layout e as adequações a implementar nas instalações, abrangendo forro, divisões internas, pisos, instalações hidráulicas, instalações elétricas e rede de dados e voz.

A reforma do Fórum de Execução Fiscal em São Paulo, visando à manutenção estrutural da edificação no sentido da plena recuperação da estrutura de forma a assegurar a integridade e segurança das instalações, foi objeto de contratação.

Em Mato Grosso do Sul foi adquirido imóvel no Município de Ponta Porã para sediar a 5ª Subseção Judiciária e houve a conclusão do projeto básico do edifício da Justiça Federal em Três Lagoas.

Do exposto, esta Corte de Justiça buscou atender à Sociedade de forma eficiente e eficaz, no sentido de cumprir os princípios que regem a Administração Pública previstos no Artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

A estrutura organizacional da Justiça Federal da 3ª Região está descrita no Regimento Interno do TRF da 3ª Região, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 14/04/1992, Caderno 1, pp. 74/85, acompanhado dos textos das Emendas Regimentais n.ºs 1 a 10 e dos Assentos Regimentais n.ºs 1/99, 2/99, 3/2000 e 4/2003 e anotado com as arguições de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal, em 20/06/2007.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região – sigla: TRF/3ªRegião é órgão supervisionado nos aspectos administrativo e orçamentário pelo Conselho da Justiça Federal, nos termos da Lei n.º 8.472/92 e do art. 105, parágrafo único da Constituição Federal, cuja natureza jurídica é de Órgão Público Federal da Administração Direta com função de governo/atividade Judiciária.

A sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região está localizada na Avenida Paulista, 1842 – Cerqueira César, São Paulo/SP, site: www.trf3.gov.br compreendendo as Unidades Gestoras 090035 – Orçamentária, 090029 – Executora e 090047 – Executora - Sentenças Judiciais com CNPJ nº 59.959.362/0001-76.

A Resolução n.º 1 do Tribunal Federal de Recursos, de 06 de outubro de 1988, estabeleceu que esta Corte de Justiça de 2.º Grau teria a composição inicial de 18 juízes, sede na cidade de São Paulo e jurisdição sobre duas Seções Judiciárias, sendo uma no Estado de São Paulo e a outra no Estado de Mato Grosso do Sul, os quais compõem o 1.º Grau.

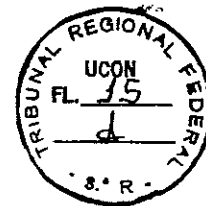
Atualmente o Tribunal Regional Federal da 3ª Região possui 43 Desembargadores Federais, que integram 10 Turmas, 3 Seções, o Órgão Especial e o Plenário. A Seção Judiciária de São Paulo possui em seu quadro 271 Juízes Federais e a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul possui 17 Juízes Federais, totalizando 288 cargos de Juiz Federal titular e substituto providos.

Com relação ao corpo diretivo do exercício de 2007, até 02 de maio, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região foi presidido pela Desembargadora Federal Dra. Dina Prestes Marcondes Malerbi, tendo como Vice-Presidente o Dr. Paulo Octávio Baptista Pereira e como Corregedora-Geral a Desembargadora Federal Dra. Marli Marques Ferreira.

Novo corpo diretivo foi eleito, passando a ocupar a Presidência da E.Corte a Desembargadora Federal Dra. Marli Marques Ferreira. A Vice-Presidência foi ocupada pela Desembargadora Federal Dra. Suzana de Camargo Gomes e a Corregedoria-Geral pelo Desembargador Federal Dr. André Nabarrete Neto.

O **Órgão Especial** é composto pelo Desembargador Federal Presidente do Tribunal, pelo Desembargador Federal Vice-Presidente, pelo Desembargador Federal Corregedor-Geral e pelos 15 Desembargadores Federais mais antigos.

As **Turmas Especializadas** são compostas por 10 Turmas, com 4 Desembargadores Federais cada uma. O **Plenário** é composto pelo Desembargador Federal Presidente do Tribunal e a totalidade de Desembargadores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

As **Seções Especializadas** são presididas pela Vice-Presidente, sendo a 1ª Seção composta pela 1ª, 2ª e 5ª Turmas; a 2ª Seção pela 3ª, 4ª e 6ª Turmas e a 3ª Seção composta pela 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Turmas.

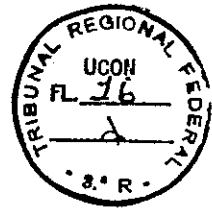
Quanto à Seção Judiciária de São Paulo, sigla SJSP, está localizada à Avenida Paulista, nº 1682 – Bela Vista e site: www.jfsp.gov.br. Concentra a Unidade Gestora 090017 – Executora com CNPJ 05.445.105/0001-78.

No que se refere ao 1º grau em São Paulo, a gestão de 2007 foi exercida pelo Juiz Federal Dr. Paulo Sérgio Domingues até 20 de maio. A partir do dia 21, foi assumida pela Dra. Renata Andrade Lotufo.

A Seção Judiciária de São Paulo possui os seguintes Juizados Especiais e Subseções: Americana (Juizado Especial Federal Cível de Americana - 34ª Subseção); Andradina (Juizado Especial Federal Cível de Andradina - 37ª Subseção); Araçatuba (7ª Subseção); Araraquara (20ª Subseção); Assis (16ª Subseção); Avaré (Juizado Especial Federal Cível de Avaré - 32ª Subseção); Bauru (8ª Subseção); Botucatu (Juizado Especial Federal Cível de Botucatu - 31ª Subseção); Bragança Paulista (23ª Subseção); Campinas (Juizado Especial Federal de Campinas - 5ª Subseção); Campinas (5ª Subseção); Cruzeiro (Juizado Especial Federal Cível de Cruzeiro - 35ª Subseção); Caraguatatuba (Juizado Especial Federal Cível de Caraguatatuba - 35ª Subseção); Catanduva (Juizado Especial Federal Cível de Catanduva - 36ª Subseção); Franca (13ª Subseção); Franca (Juizado Especial Federal Cível de Franca - 13ª Subseção); Guaratinguetá (18ª Subseção); Guarulhos (19ª Subseção); Jales (24ª Subseção); Jaú (17ª Subseção); Jundiaí (Juizado Especial Federal de Jundiaí - 28ª Subseção); Lins (Juizado Especial Federal Cível de Lins - 31ª Subseção); Marília (11ª Subseção); Mogi das Cruzes (Juizado Especial Federal Cível de Mogi das Cruzes - 33ª Subseção); Osasco (Juizado Especial Federal Cível de Osasco - 30ª Subseção); Ourinhos (25ª Subseção); Piracicaba (9ª Subseção); Presidente Prudente (12ª Subseção); Registro (Juizado Especial Federal Cível de Registro - 29ª Subseção); Ribeirão Preto (2ª Subseção); Ribeirão Preto (Juizado Especial Federal de Ribeirão Preto - 2ª Subseção); Santo André (26ª Subseção); Santo André (Juizado Especial Federal Cível de Santo André - 26ª Subseção); Santos (Juizado Especial Federal Cível de Santos - 4ª Subseção); Santos (4ª Subseção); São Bernardo do Campo (14ª Subseção); São Carlos (Juizado Especial Federal Cível de São Carlos - 15ª Subseção); São Carlos (15ª Subseção); São João da Boa Vista (27ª Subseção); São José do Rio Preto (6ª Subseção); São José dos Campos (3ª Subseção); São Paulo (Cível - 1ª Subseção); São Paulo (Execuções Fiscais - 1ª Subseção); São Paulo (Juizado Especial Federal de São Paulo - 1ª Subseção); São Paulo (Criminal - 1ª Subseção); São Paulo (Previdenciário - 1ª Subseção); Sorocaba (10ª Subseção); Sorocaba (Juizado Especial Federal Cível de Sorocaba - 10ª Subseção); Taubaté (21ª Subseção) e Tupã (22ª Subseção).

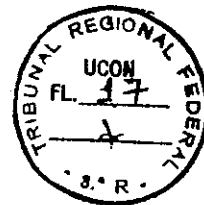
A Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, sigla SJMS, está situada à Rua Del. Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 – Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, CEP 79037-102; tel: (67) 3320-1100 e site: www.jfms.gov.br. Concentra a Unidade Gestora – 090015 – Executora, CNPJ 05.422.922/0001-00.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Com relação ao 1º grau em Mato Grosso do Sul, a gestão do ano de 2007, foi exercida pelo Juiz Federal Dr. Renato Toniasso.

A Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul possui as seguintes Subseções: Campo Grande (1ª Subseção); Campo Grande (Juizado Especial Federal de Campo Grande - 1ª Subseção); Corumbá (4ª Subseção); Coxim (7ª Subseção); Dourados (2ª Subseção); Naviraí (6ª Subseção); Ponta Porã (5ª Subseção) e Três Lagoas (3ª Subseção).



4- OBJETIVOS E METAS

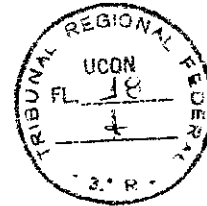
O Tribunal Regional Federal da 3ª Região atrelou seus objetivos à busca constante da melhoria do desempenho.

Para concretizar tal mister, indispensáveis os recursos orçamentários adequados. Neste sentido foi promulgada a Lei nº 11.439, de 29/12/2006, que dispôs sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007, e, posteriormente, a Lei nº 11.451, de 07/02/2007, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

Quanto à dotação orçamentária, coube à Justiça Federal da 3ª Região o valor total de R\$ 1.468.003.053,39 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e oito milhões, três mil, cinquenta e três reais e trinta e nove centavos) que foi disponibilizado por meio das Unidades Orçamentárias (UO) 12101 e 12104, a saber: na Justiça Federal de 1º Grau (12101) a Provisão Recebida foi de R\$ 811.820.164,15 (oitocentos e onze milhões, oitocentos e vinte mil, cento e sessenta e quatro Reais e quinze centavos) na Justiça Federal de 2º Grau (12104) a Provisão recebida foi de R\$ 656.182.889,24 (seiscentos e cinquenta e seis milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove Reais, vinte e quatro centavos).

Dos três programas constantes na Legislação, destinados à Justiça Federal, destacam-se o Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal, desdobrado em ações, sendo 07 Atividades, 08 Projetos e 01 Operação Especial; o Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União com 01 Operação Especial, e o Programa 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais, desdobrados em 02 Operações Especiais executadas no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, referentes ao pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas e Requisições de Pequeno Valor da União e Entidades.

Da performance desenvolvida pela Justiça Federal da 3ª Região, destaca-se o empenho em promover o acesso à Justiça de modo ágil e equânime, seja com a modernização e manutenção dos seus recursos tecnológicos, como também pela qualificação dos agentes públicos, garantindo-lhes treinamento e condições ideais de trabalho em instalações adequadas e modernas e inovando dentro dos limites que a lei admite.



5. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS POR AÇÕES E DEMONSTRATIVOS

Neste tópico serão apresentados a gestão do orçamento do exercício de 2007 e os resultados alcançados em cada programa, atividade, projeto e operações especiais.

Os Créditos Orçamentários aprovados compuseram 19 ações (atividade, projetos e operações especiais), atendendo aos programas 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Nos subtópicos que seguem serão apresentados os principais resultados obtidos pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Unidade Orçamentária 12.104) e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Unidade Orçamentária 12.101).

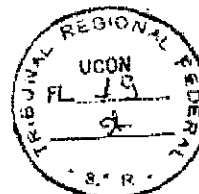
5.1 – PROGRAMA:0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

5.1.1 - ATIVIDADES

Objetivo: Garantir o exercício dos direitos e garantias por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observado o disposto nos Arts. 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar.

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS POR ATIVIDADE

Ação: Atividade	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
2004 - Assistência Médica e Odontológica Produto: Pessoa Beneficiada (unidade)	SJSP	10.045.280,00	8.716	10.309.495,00	8.885
		(2) 268.000,00		(3) 222.512,24	
	SJMS	(*) 3.785,00			
		799.760,00	637	1.136.869,18	674
	SEÇÕES	(2) 350.000,00		(3) 24.912,05	
		(*) 12.890,82			
	TRIBUNAL	11.463.040,00	9.353	11.446.364,18	9.559
		4.505.760,00		5.732.420,47	
TOTAL		(2) 1.250.000,00	4.172	(3) 248.337,94	4.098
		(*) 23.339,53			
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes. Produto: Crianças de 0 a 6 anos atendidas	SJSP	17.218.800,00	13.525	17.178.784,65	13.657
		2.988.440,00	821	1.599.719,28	501
	SJMS	(1) 1.388.000,00		(3) 80.694,09	
		(*) 720,72			
	SEÇÕES	243.880,00	67	235.923,74	44
		(*) 7.956,26		(3) 134.565,25	
	TRIBUNAL	1.844.320,00	888	1.835.643,02	545
		1.233.960,00	339	883.960,00	238
TOTAL		(1) 350.000,00		(3) 263.084,80	
		2.728.280,00	1.227	2.719.603,02	783



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

2011 - Auxílio-transporte aos Servidores. Produto: Servidor beneficiado (unidade)	SJSP		1.546.923,00	1.253	1.316.923,00	1.088
	SJMS	(1)	230.000,00		(3) 96.118,07	
		(*)	4.860,00	5	762,47	5
		(*)	4.097,53			
	SEÇÕES		1.321.783,00	1.258	1.317.685,47	1.093
TOTAL	TRIBUNAL		864.000,00	900	720.000,00	852
		(**)	144.000,00		(3) 50.978,23	
			2.041.783,00	2.158	2.037.685,47	1.945
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores. Produto: Servidor beneficiado (unidade)	SJSP		24.570.400,00	3.405	23.960.399,31	3.352
	SJMS	(1)	610.000,00		(3) 109.770,53	
		(*)	0,69			
		(*)	1.571.760,00	222	1.523.191,90	215
	SEÇÕES		25.532.160,00	3.627	25.483.591,21	3.567
TOTAL	TRIBUNAL		13.048.440,00	1.843	12.524.520,00	1.753
		(**)	523.920,00		(3) 170.592,10	
			38.056.680,00	5.470	38.008.111,21	5.320
4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal. Produto: Processo julgado	SJSP		533.545.676,16		532.517.265,27	501.521
	SJMS	(*)	1.028.410,89		(3) 23.002.960,09	16.813
		(*)	40.317.945,95		39.071.934,44	16.481
		(*)	1.246.011,51		(3) 1.348.365,07	
	SEÇÕES		573.863.622,11		571.589.199,71	534.815
TOTAL	TRIBUNAL		241.949.229,00	200.000	251.729.344,31	169.599
		(2)	10.705.706,00		(3) 12.203.399,27	
		(*)	925.590,69			
			826.518.557,11		823.318.544,02	704.414
4091 - Capacitação de Recursos Humanos. Produto: Servidor capacitado	SJSP		1.159.910,00	517	927.844,42	2.939
	SJMS	(1)	183.000,00		(3) 218.126,04	
		(*)	49.065,58			
		(*)	240.000,00	50	122.862,93	113
	SEÇÕES		1.166.910,00	567	1.050.707,35	3.052
TOTAL	TRIBUNAL		2.354.549,00	1.120	1.737.344,72	1.678
		(1)	469.900,00		(3) 889.033,44	
		(*)	147.304,28			
			3.051.559,00	1.687	2.788.052,07	4.730
4224 - Assistência a Pessoas Carentes. Produto: Pessoa Assistida	SJSP		7.464.066,00	41.696	16.061.800,00	92.061
	SJMS	(2)	8.597.734,00		(3) 4.302.068,23	
		(*)	1.130.367,00	2.473	1.130.365,21	4.153
TOTAL			17.192.167,00	44.169	17.192.165,21	96.214

(1) Créditos contingenciados

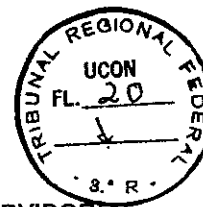
(2) Acréscimos orçamentários

(3) Restos a Pagar

(*) Crédito não utilizado (diferença entre a dotação autorizada e a execução financeira)

(**) Diferença correspondente a valor que ficou disponibilizado na Unidade Gestora 090035

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Ação: 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES

A ação visa assegurar a saúde física e mental dos magistrados, servidores, dependentes e pensionistas, compreendida a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, contribuindo assim, para um melhor desempenho funcional e aumento da qualidade e capacidade laborativa dos integrantes do Quadro de Pessoal dos Órgãos da Justiça Federal. Envolve despesa com serviços laboratoriais, médico-hospitalares e odontológicos, perícias médicas, aquisição de medicamentos, equipamentos e materiais de consumo; manutenção de equipamentos e reembolso de despesas médicas e odontológicas.

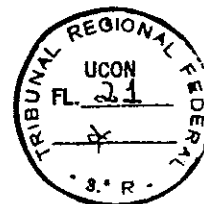
SJSP - Foram beneficiadas 8.885 pessoas em assistência médico-odontológica na Justiça Federal de Primeiro Grau, entre magistrados, servidores e dependentes.

SJMS - Alcançou o nível de atendimento de 674 beneficiados (267 titulares e 407 dependentes), mediante contrato firmado com a Empresa Unimed - Campo Grande Prestação de Serviços de Assistência à Saúde, a custo fixo "per capita" e por faixa-etária, englobando as assistências ambulatorial, hospitalar e obstétrica, estabelecidas no art. 12, incisos I, II e III da Lei nº 9656/98, a fim de atender, em todo o território nacional, aos magistrados, servidores, ativos e inativos, da SJ/MS, bem como aos seus dependentes, num total estimado de 700 usuários.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Foram realizadas 19.986 atendimentos. As ações realizadas estão descritas a seguir:

AÇÕES REALIZADAS	BENEFICIADOS
Serviços laboratoriais para exames admissional/periódico	Magistrado/Servidor/Dependente
Serviços laboratoriais para exames admissional/periódico;	0034
.perícias médicas;	0168
.perícias odontológicas;	3074
.serviços médico-hospitalares pela Notre Dame;	3624
.serviços odontológicos;	1594
.psicológicos;	1631
.psiquiátricos;	0504
.fonoaudiológico,	0212
.fisioterápico (R.P.G.)	0559
.assistência hospitalar (dependência química e psiquiatria);	0005
.aquisição de medicamentos;	4090
.reembolso de despesas médicas,odontológicas e psicológicas;	0841
.saúde ocupacional (médico trabalho, fisioterapia e ginástica laboral).	3650

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Ação: 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES

A aplicação dos recursos desta ação permite o atendimento, a complementação e formação da educação dos dependentes dos servidores e magistrados da Justiça Federal, na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, em creches e pré-escolas, e aos excepcionais, cujo desenvolvimento corresponda a idade mental relativa à faixa etária estabelecida, proporcionando aos servidores maior tranquilidade durante o período de trabalho.

SJSP - Foram beneficiadas 501 crianças de 0 a 6 anos, matriculadas, dependentes de magistrados e servidores da Justiça Federal de Primeiro Grau de SP.

SJMS - A média mensal de crianças atendidas foi de 44.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Foram atendidas 221 crianças, em média, na idade de até 05 anos.

Ação: 2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES

O auxílio-transporte, em pecúnia, em caráter indenizatório, ao servidor, permite o auxílio no custeio das despesas com deslocamentos da residência ao local de trabalho e vice-versa.

SJSP - Foram beneficiados 1.088 servidores.

SJMS – Foram beneficiados 05 servidores.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Foram beneficiados 852 servidores.

Ação: 2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES

O auxílio-alimentação, em pecúnia, em caráter indenizatório, aos servidores ativos, proporciona melhores condições alimentares, repercutindo em uma melhora na qualidade de vida e conseqüente aumento da produtividade dos servidores.

SJSP - Foram beneficiados 3.352 servidores.

SJMS – Foram beneficiados 215 servidores.

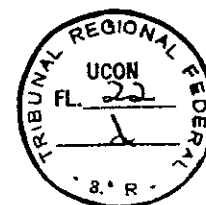
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Foram beneficiados 1753 servidores.

Ação: 4257 – JULGAMENTO DE CAUSAS NA JUSTIÇA FEDERAL – Nacional

Os recursos alocados na Ação "Julgamento de Causas", que tem como produto o número de processos julgados, são destinados à remuneração da força de trabalho composta por magistrados e servidores ativos, cujas ações desenvolvidas correspondem à demanda da prestação jurisdicional (Art. 108 e 109 da Constituição Federal).

SJSP- Foram julgados 175.341 processos na Justiça Federal de Primeiro Grau de São Paulo em 2007. Em grau de recurso, foram remetidos 67.828 processos ao TRF 3ª Região.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



A força de trabalho está distribuída conforme quadro abaixo:

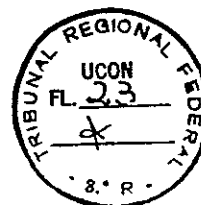
DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO DA JF DE 1º GRAU DA 3ª REGIÃO	
SERVIDORES ATIVOS	
SITUAÇÃO FUNCIONAL	2007
Servidores Ativos	3.383
Servidores cedidos (-)	125
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	1
Servidores requisitados (+)	99
Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)	15
Ocupantes do Órgão em Lotação Provisória (-)	20
Ocupantes de FC sem Vínculo (+)	1
Magistrados Ativos	273
Magistrados Convocados	7
TOTAL	3.632
SERVIDORES INATIVOS	
SITUAÇÃO FUNCIONAL	2007
Magistrados Inativos	18
Servidores Inativos	370
Pensões Estatutárias	115
TOTAL	503

SJMS - Foram julgados 8.459 processos na Justiça Federal de Primeiro Grau em Mato Grosso do Sul. Em grau de recurso, foram remetidos 2.822 processos ao TRF 3ª Região.

A força de trabalho está distribuída conforme quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO DA JF DE 1º GRAU DA 3ª REGIÃO	
SERVIDORES ATIVOS	
SITUAÇÃO FUNCIONAL	2007
Servidores Ativos (+)	211
Servidores Cedidos (-)	001
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)	000
Servidores Requisitados (+)	(*) 011

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)	004
Ocupantes do Órgão em Lotação Provisória (-)	002
Ocupantes de FC sem Vínculo (+)	001
Magistrados Ativos (+)	017
Magistrados Convocados (+)	000
Magistrados Cedidos (-)	000
TOTAL	241
SERVIDORES INATIVOS	
SITUAÇÃO FUNCIONAL	JF 1º Grau
	JF 1º Grau
Magistrados Inativos (+)	01
Servidores Inativos (+)	11
Pensões Estatutárias (+)	3
TOTAL	15

(*) Incluídos 6 (seis) servidores removidos, com vínculo com órgão de origem.

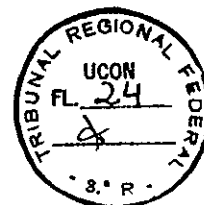
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Foram julgados 68.033 processos em Sessão, 82.764 por Decisões monocráticas terminativas, totalizando 150.797 processos em 2007. As remessas de processos em grau de recurso ao STF e STJ alcançaram o volume de 22.459.

Juizados Especiais - Oportuno acrescentar que os Juizados Especiais apresentaram um expressivo volume de solução de litígios. Em São Paulo foram julgados 326.180 processos. Em Mato Grosso do Sul, 8.354 processos.

A força de trabalho do Tribunal e Seções Judiciárias segue conforme quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA FORÇA DE TRABALHO DA JF DE 1º E 2º GRAUS			
SERVIDORES ATIVOS			
SITUAÇÃO FUNCIONAL	3ª REGIÃO		TOTAL
	TRF	JF 1º Grau	
Servidores Ativos (+)	1.729	3.594	5.323
Servidores Cedidos (-)	66	126	192
Servidores Removidos (-)	53	0	53
Servidores em Licença sem Vencimentos (-)		1	10
Servidores Requisitados (+)	33	110	143

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Servidores Removidos (+)	71	0	71
Servidores no Órgão em Lotação Provisória (+)	2	19	21
Ocupantes do Órgão em Lotação Provisória (-)	13	22	35
Ocupantes de FC sem Vínculo (+)	21	2	23
Magistrados Ativos (+)	43	290	333
Magistrados Convocados (+)	26	7	33
Magistrados Cedidos (-)	0	0	0
TOTAL	1.784	3.873	5.657
SERVIDORES INATIVOS			
SITUAÇÃO FUNCIONAL	3ª REGIÃO		TOTAL
	TRF	JF 1º Grau	
Magistrados Inativos (+)	13	19	32
Servidores Inativos (+)	174	381	555
Pensões Estatutárias (+)	29	118	147
TOTAL	216	518	734

SJSP – Os principais contratos firmados no exercício, bem como as despesas ordinárias de vulto para aquisição de materiais permanentes, equipamentos e materiais de consumo distribuíram-se ao longo do exercício em concordância com o planejamento orçamentário disponibilizado para o Órgão.

São 13 contratos de locação de Imóveis para abrigar Varas e Fóruns Federais (Andradina, Araraquara, Bauru, Campinas, Caraguatatuba, Franca, Guaratinguetá, Guarulhos, Jaú, Mogi das Cruzes, anexo de Piracicaba, São Carlos, Sorocaba). Os demais Fóruns estão situados em imóveis da União, havendo aqueles que foram cedidos ou, ainda, que têm o aluguel custeado por convênios.

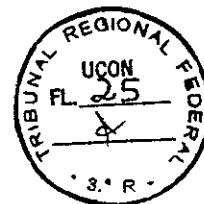
Contratações de serviços e aquisições de software e equipamentos estão discriminadas abaixo:

- Licenças Software, Instalação, Manutenção Rádio Enlace;
- Serviço Conexão Ip Dedicado, Com Fornecimento de Equipamento;
- Manutenção Sistema Controle Processual e Administrativo em Ambiente Ibm Risc 600

Cachê;

- Serviço Comunicação de Dados Com Protocolo IP, Tecnologia MPLS;
- Serviço Conexão Ip Dedicado - Acesso a Internet;
- Manutenção Compartimento Segurança Modular Sys-Data com peças;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



-Locação 1.500 Licenças Software Cachê Enterprise e 100 Licenças Software Cachê Elite, com Assistência Técnica;

-Assistência Técnica Banco de Dados Cachê P/ 576 Usuários Em Ambiente Ibm Aix com Atualização de Versões do Software;

-Manutenção Equipamento IBM Risc System 600 - J50 E Series 620 e seus componentes com peças

-Manutenção/Suporte Técnico - Software gerenciamento e segurança de rede Novell;

-Manutenção Sala Cofre- F.Cível SP;

-Serviço Conexão IP dedicado

-Locação banco dados cachê versão enterprise concurrent user multi server - 1500 usuários ambiente IBM- AIX + 100 licenças cachê versão elite multi server ambiente linux.

-282 Leitores de Código de barras sem fio;

-Cabeças de impressão;

-Kits de manutenção de impressora Laser;

-Cartucho Impressora;

-Cabo Canon (Xlr);

-Fitas Lto;

-Gravador de Dvd e gaveta externa usb, filtro de linha;

-Diagnóstico: defeitos 221 impressoras diversas;

-Software Adobe Criative Suite 2 Premiun, Antivirus Symantec 1000 novas licenças E 3200 renovações, licenças software, instalação, manutenção rádio enlace;

-Licenças software, instalação, manutenção rádio enlace;

-Estabilizadores tensão 1 Kva;

-100 Scanners de Mesa;

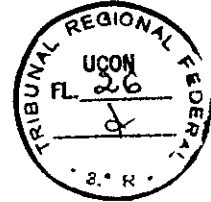
-Impressoras Laser, termotransferência, formato A3 e matriciais, terminais Rádio Digital;

-Switch modular e Switch Desktop.

Os gastos com indenização de transporte pagos aos Oficiais de Justiça somaram um total de R\$ 6.392.346,44 (seis milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), representando um percentual de 1,2% de toda execução orçamentária de 2007 dentro do programa de trabalho.

SJMS – Os principais gastos realizados no âmbito da Seção Judiciária, destinaram-se ao pagamento de diárias a juízes e servidores; bolsas de estágio a estudantes; aquisição de materiais de expediente e materiais permanentes diversos; passagens aéreas; publicações na imprensa oficial; despesas de duração continuada (serviços essenciais), tais como energia elétrica, água, telefone,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



limpeza e conservação, segurança e vigilância, serviços postais, locação de fotocopiadoras, manutenção de equipamentos, manutenção de software, manutenção predial, locação de imóveis, etc.

Segue a relação dos principais contratos administrativos firmados no exercício, com definição resumida do objeto:

-Substituição dos pisos dos gabinetes dos juízes e das salas administrativas do prédio da Justiça Federal em Campo Grande;

-Aquisição de um grupo gerador de energia, a diesel;

-Locação de imóvel para funcionamento da 5ª Subseção Judiciária de MS, em Ponta

Porã;

-Prestação de serviços de assistência à saúde;

-Prestação de serviços de limpeza, conservação e copeiragem, nos prédios das Subseções Judiciárias do interior;

-Prestação de serviços de limpeza, conservação, copeiragem e jardinagem, nos prédios da Justiça Federal/MS, localizados em Campo Grande;

-Execução de reparos na cobertura dos corredores internos do prédio da JF de Campo Grande;

-Construção de sala tipo casa-forte junto à 3ª Vara da Subseção Judiciária de Campo Grande;

-Execução de pequenas obras no prédio do Juizado Especial Federal/MS.

Na área de Informática segue a relação dos principais contratos administrativos firmados no exercício, com definição resumida do objeto;

-Prestação de serviços de manutenção continuada e suporte técnico assistido para o sistema ASI;

-Aquisição de 02 servidores de rede;

-Aquisição de 10 impressoras a laser;

-Aquisição de 02 switches modulares e 09 switches desktop;

-02 servidores de rede;

-10 impressoras a laser;

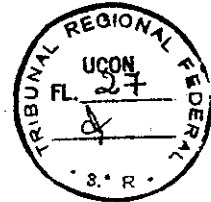
-02 switches modulares e 09 switches desktop;

-100 monitores de vídeo LCD, "17"e

-03 no breaks de 5kva.

Estão registrados no patrimônio da UG, 05 (cinco) imóveis: prédio-sede da Justiça Federal/MS e prédio do Juizado Especial Federal/MS, em Campo Grande; prédio da 2ª Subseção Judiciária de MS, em Dourados; área de terreno na cidade de Três Lagoas/MS (destinada à edificação da

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



futura sede da 3ª Subseção Judiciária); área de terreno na cidade de Dourados/MS (destinada à edificação da futura sede da 2ª Subseção Judiciária).

Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Da verba disponibilizada, num total de R\$ 22.941.582,67, foram comprometidos R\$ 22.910.368,40, envolvendo as seguintes atividades:

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

viagens e locomoção – aquisição de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais e pagamento de diárias no país e exterior e afins;

serviços postais;

telefonia fixa ou celular;

manutenção dos serviços de telecomunicações;

serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento;

aquisição e guarda de material de consumo e expediente;

comunicações administrativas;

outras despesas administrativas;

indenização de transporte.

SERVIÇOS DE TRANSPORTE:

Serviços de manutenção, revisão e reparos de veículos;

Combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes;

Peças, acessórios;

Licenciamento e seguros;

Contratação de serviços de transporte.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS:

Aluguéis, despesas de condomínio, seguros;

Locação de mão-de-obra para serviços de vigilância;

Locação de mão-de-obra para serviços de limpeza;

Conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel);

Serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins;

Aquisição de equipamentos de ar condicionado, de prevenção de incêndio, elevadores;

Limpeza dos dutos do ar condicionado;

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSO:

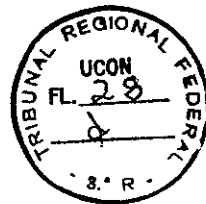
Materiais de expediente;

Papéis e materiais para oficina gráfica;

Materiais de copa;

Suprimentos de informática;

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Materiais de telefonia;
Materiais de manutenção e conservação predial;
Reposição de estoque do Almoxarifado;

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

Mobiliário padronizado;
Condicionadores de ar;
Fragmentadoras;
Estantes de aço;
Aparelhos eletrodomésticos;
Aparelhos fac-símile;
Bebedouros;
Relógios protocoladores;
Divisórias e portas;
Estabilizadores e no-breaks;
Ventiladores;

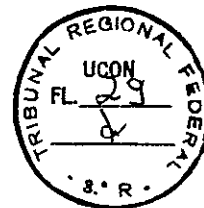
As atividades de Transporte, Comunicações, Manutenção de Imóveis e Administração de Material, referentes aos Serviços Administrativos visaram atender ao número de gabinetes da Justiça Federal de 2º grau. Foram atendidas todas as unidades que compõem a estrutura do TRF 3ª Região, em especial o corpo diretivo composto pela Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral, além do Conselho da Administração e Conselho da Justiça, os 43 Gabinetes dos Desembargadores, as 10 Turmas e 03 Seções, Gabinete da Revista, Gabinete da Comissão de Concurso e Escola de Magistrados.

1 - ATIVIDADE DE TRANSPORTE .

A utilização da frota ocorreu estritamente a serviço do Tribunal para o transporte de Desembargadores, servidores, processos e materiais do interesse desta Corte. As passagens aéreas adquiridas destinaram-se a:

- viagens dos Senhores Desembargadores para representar o TRF-3ª Região em solenidades e eventos;
- viagens dos Senhores Desembargadores e servidores a Brasília para tratar de assuntos de interesse do TRF-3ª Região;
- viagens dos Senhores Desembargadores e servidores a Campo Grande para tratar de assuntos de interesse do TRF-3ª Região;

Com diárias e passagens para atendimento do interesse público, o Tribunal executou a despesa, tendo efetuado o pagamento de 3.285 diárias, cujo gasto alcançou o valor de R\$ 1.520.473,91 e custeou 276 passagens no valor total de R\$ 175.168,71.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Foram pagas indenizações de transporte para 09 Analistas Judiciários, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados, a título de ressarcimento pelas despesas que realizaram em decorrência da utilização de meios próprios de locomoção, para desincumbir-se do serviço externo, nos termos do art. 15 da Lei 9.289, de 04.7.1996, regulamentada pela Resolução CJF nº 358, de 29/03/2004.

2 - ATIVIDADE DE COMUNICAÇÕES - Visaram promover as comunicações internas e externas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos relativos à área fim. Englobam serviços postais e outros, tipo SERCA, Malote Integrado, serviços de teleprocessamento, processamento de dados, telefonia, serviços gráficos, reprográficos, digitalização, impressão, filmagens, serviços fotográficos e outros de registros para acervo e memória.

3 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS - Para oferecer a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços afetos ao Tribunal, foram contratados os serviços essenciais de utilidade pública, os de seguro, vigilância e segurança, os de limpeza, desinsetização, copeiragem, transporte vertical, bem como os de manutenção de sistemas e equipamentos, como elevadores, ar condicionado, combate a incêndio, reparos e instalações visando à conservação adequada dos imóveis abaixo identificados.

Imóveis pertencentes ao Tribunal, registrados no Patrimônio da UG e sua áreas (em m²):

Edifício Sede – Torre Sul – Av. Paulista, 1842; - 42.122,61m²;

Edifício Torre Beta – Al. Ministro Rocha Azevedo, 25; - 18.758,26m²;

Edifício Elmast Kissajikian – Av. Paulista, 1345; - 12.675,25m²;

Imóveis alugados de terceiros:

Para instalar a área administrativa do Tribunal, foi providenciada a locação de conjuntos comerciais instalados nos andares térreo, 11º, 13º, 19º e 22º, da Torre Norte do Condomínio Cetenco Plaza, vizinha ao edifício sede, compreendendo área total de 6.081,908 m². Com essa providência foi possível liberar parte da área ocupada no edifício Torre Beta, para instalação das Varas Previdenciárias.

Utilização dada a cada imóvel:

Edifício Sede – Torre Sul – Av. Paulista, 1842 Gabinetes dos Desembargadores e Escola de Magistrados;

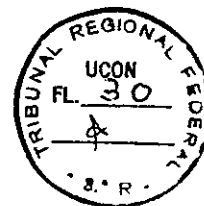
Edifício Torre Beta, Al. Ministro Rocha Azevedo, 25 - Fórum Criminal e Previdenciário;

Edifício Elmast Kissajikian – Av. Paulista, 1345 - Juizado Especial Federal da Capital.

Edifício Torre Norte (alugado) – conjuntos 05, 06, 07 e 08 – no andar térreo; conjuntos 115 e 116, 135 a 138, 195 a 198 e 227 e 228 – Setores Administrativos do TRF.

4 . DESPESAS COM MATERIAL – As despesas com material objetivaram equipar os setores com as ferramentas (equipamentos, máquinas, mobiliário) necessárias à operacionalização dos serviços, suprir as necessidades de materiais de consumo de expediente, suprimentos de informática e demais recursos materiais necessários à realização dos serviços administrativos e judiciários afetos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



No desenvolvimento de todas as atividades dos serviços administrativos procurou-se observar o devido controle de suprimentos de fundos, conforme recomendações da Subsecretaria de Controle Interno e Auditoria.

No que se refere às necessidades de diversos setores em relação às informações jurídicas e correlatas, auxiliando a prestação jurisdicional, com o atendimento direto ao público externo, além de proceder às publicações em Diários Oficiais e à divulgação dos atos e decisões oficiais, a Subsecretaria de Documentação e Divulgação disponibilizou obras e serviços, alcançando os seguintes resultados:

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS	META PROGRAMADA (A)	META EXECUTADA (B)	% (B/A)
Aquisição de livros jurídicos e de outras áreas de interesse	1611	2296	143%
Assinaturas de periódicos	70	56	80%
Assinaturas de Diários Oficiais do Estado	30	11	37%
Assinaturas de Diários Oficiais da União	100	24	24%
Publicações Oficiais Diversas	13.369 cm	7.741 cm	58%
Encadernações	105	55	52%

Foram atendidas as necessidades dos diversos setores no tocante às informações jurídicas e correlacionadas, facilitando a prestação jurisdicional.

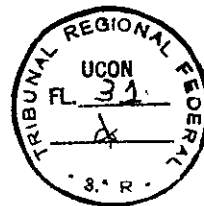
Do total do orçamento repassado foi comprometido o valor total de R\$ 739.537,86 (realizado: R\$ 420.204,14 e inscrito em restos a pagar: R\$ 319.333,72).

Em relação à Informática, as atividades realizadas supriram parte das metas de expansão e atualização da plataforma do parque de equipamentos do Tribunal, que visa prover recursos para utilização dos sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento.

Foi possível completar a meta de substituição dos microcomputadores antigos e obsoletos, que devido às características limitadas de suas configurações não comportam a instalação ou acréscimo de novas aplicações necessárias para as atividades deste TRF. Também atendeu parte da meta de padronização e atualização das plataformas de software do parque instalado, possibilitando a maximização dos recursos de manutenção de sistema, evitando problemas de incompatibilidade de recursos advindos do compartilhamento de plataformas distintas.

Os principais contratos de suporte técnico, conforme a seguir mencionados, permitiram manter o nível de disponibilidade dos sistemas ao público interno e externo e os investimentos nas

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



estações de trabalho permitiram a celeridade dos trabalhos dos diversos setores o que reverte em benefícios aos jurisdicionados.

1 – Contratos de prestação de serviços de suporte e manutenção de software gerenciador de banco de dados;

2 – Contratos de prestação de serviços e suporte de sistema operacional de computadores centrais e software de rede local;

3 – Contratos de prestação de serviços de manutenção de equipamentos centrais;

4 - Prestação de serviços de manutenção de sistemas aplicativos para o TRF;

5 - Prestação de serviços de manutenção de sistemas operacional Open M SQL.

A título de manutenção do parque de informática foram programadas as aquisições dos equipamentos que seguem discriminados:

- Expansão capacidade Storage IBM DS4500 – gavetas (2), Discos (32), Cartuchos Gravação (60) e cartuchos de limpeza (4);

- Fusor para Laser HP 1300N;

- Conversor Serial câmara de vacinas da DAME;

- Materiais consumo para instalação de 06 projetores multimídia de teto com tela retrátil;

Componentes diversos:

- Microfone de mesa;

- Pente de Memória;

- Scanner de mão;

- Conjunto toner para impressora laser color A3;

- Conjunto toner impressora laser color.

Visando a expansão do Parque foram adquiridos:

- Biblioteca de Fitas automatizada;

- Projetor multimídia de teto (6) com tela retrátil;

- Solução Blade (4 Racks, 46 laminas blade e 4 servidores);

- Microcomputador Dell;

- Impressoras Termo-transferência;

- Impressoras Laser 3 bandejas;

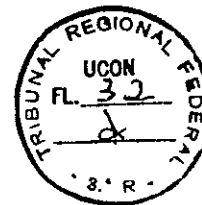
- Solução de Firewall – Hardware;

- Monitor de Vídeo 17" LCD;

- Impressora laser colorida A3;

- Impressora laser colorida.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Ação: 4091 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Trata-se de despesas com contratação de consultorias e assessoria técnica, serviços técnicos profissionais para treinamento, aquisição de material didático, livros, realização de seminários, participação em congressos, conferências e demais despesas afins, visando atender às solicitações de treinamento propostas no levantamento de necessidades e às oriundas das avaliações dos servidores, bem como às solicitações extraordinárias, no intuito de promover a integração, aprimoramento, desenvolvimento e qualificação dos servidores da instituição nas áreas jurídica, administrativa e comportamental, e melhoria nas condições de trabalho, no clima organizacional, resultando aperfeiçoamento e maiores índices de produtividade na prestação jurisdicional e melhoria da qualidade das tarefas executadas.

SJSP – Foram treinados 2.939 servidores. Dentre os cursos ministrados, destacam-se os seguintes, oferecidos consoante a área de interesse e atuação:

Áreas treinadas

Administrativa:

- Fundamentos de seguros
- Automação predial
- III Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça
- Formação linux – LPI01 e LPI02
- Workday gestão/liderança prática
- Palestra – Planejamento estratégico e gestão pública

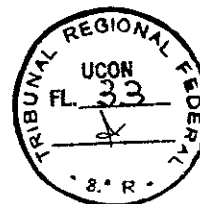
Jurídica:

- Simpósio de Direito Administrativo
- Avaliação judicial como instrumento de penhora pós-reformas Código de Processo Civil

Administração/Recursos Humanos:

- Suporte básico de vida - RCP/DEA e primeiros socorros
 - Elaboração e coordenação de projetos de treinamento
 - Treinamento em liderança – coach – instrumentação prática
 - Workshop de liderança
 - Solicitação à prestação de contas
 - Focalizadores de jogos
 - Multiplicadores internos
 - Desenvolvimento de analistas de T&D com foco em competências
 - Programa de desenvolvimento gerencial para Magistrados
-

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



SJMS – Foram treinados 113 servidores. As modalidades de treinamento utilizadas foram cursos, seminários, palestras, cujo elenco segue destacado conforme sua importância para a Unidade:

Curso “As mais Recentes Reformas no Direito Processual Civil”, com 61 participantes
Seminário “Planejamento e Gestão de Materiais nos Almojarifados dos Órgãos Públicos”, com 1 participante
Seminário “Tópicos Avançados de Licitações Públicas”, com 1 participante
Seminário “Folha de Pagamento do Funcionalismo Público”, com 2 participantes
Curso “As Inovações da Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais”, com 1 participante
Curso “Desenvolvimento da Competência Interpessoal”, com 1 participante
Curso “Processo Administrativo Disciplinar”, com 1 participante
“XV Jornada Odontológica de Mato Grosso do Sul”, com 1 participante
Curso “Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Licitações e na Elaboração do Edital”, com 2 participantes
Curso “Legislação de Pessoal e a Reforma Previdenciária no Serviço Público”, com 20 participantes
“Programa de Desenvolvimento de Liderança”, com 22 participantes.
Modalidades de treinamento utilizadas

Tribunal Regional Federal da 3ª Região- Foram treinados 1.678 (um mil, seiscentos e setenta e oito) servidores.

Foram realizados eventos presenciais e à distância, nas modalidades de cursos, treinamentos, congressos, fóruns, workshops, seminários, palestras, treinamentos no local de trabalho e on-line. Cabe ressaltar, também, a realização de diversos treinamentos sem ônus para a instituição.

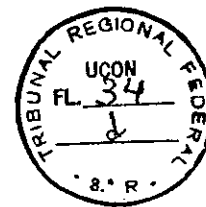
Eventos de Capacitação Obrigatória:

Programa de Desenvolvimento de Lideranças
Brigada de Incêndio
Direção Defensiva
Imobilizações Táticas (para segurança)
Curso Básico de DEA e BLS (desfibrilador)

Competências básicas para todos os cargos ou de grande abrangência:

Integração on-line – Software Educacional
Hermenêutica Jurídica e Técnica Legislativa
Noções Básicas de Processamento dos Feitos no TRF3
Direito Processual Civil
Direito Tributário

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

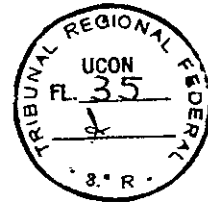


Direito Penal – básico e avançado
XXI Congresso Brasileiro de Direito Tributário
Direito Previdenciário – Básico
Redação Jurídica
Access Básico e Avançado
Excel Básico e Avançado
Internet
MSProject
PowerPoint
Word Básico e Avançado
Desenvolvimento de Equipes

Capacitação em Competência Técnica Especializada:

Fundamentos Básicos de Áudio e Acústicos
Clima Organizacional
Educação Financeira
TAT (Teste de Apercepção Temática – para psicólogos)
Gestão por Competências
Recursos Administrativos, Impugnação e Vias Judiciais na Adm. Pública
Microempresas e Empresas de Pequeno porte nas Licitações Públicas
Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos
Administração de Dados
Microsoft SQL Server
Linux
AIX
Hardware
MCDST
VMWare
Ajax
Manutenção de Impressoras Lexmark
Certificação Digital
MCSE – Exames de Certificação
HTML
Desenvolvimento em .NET
Orçamento para Licitação e Contratação de Obras
Cabeamento Estruturado
XI Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário e Ministério Público
Prática de Sindicância e Processo Disciplinar

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Lei 8666 Aplicada a Obras e Serviços de Engenharia e Resoluções e Atos do Sistema
CREA/CONFEA

Avaliação Pós-Ocupação de Edificações
II Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria
Elaboração e Análise de Planilha de Composição de Custos

Para Magistrados:

Curso de Especialização em Direito Constitucional Aplicado
Direito Comparado – Sistema Processual Italiano
Word, Excel e Access para Magistrados

As metas foram cumpridas e superadas por meio da contratação de capacitação para 1678 servidores, realização dos treinamentos obrigatórios e distribuição da capacitação de acordo com as competências institucionais.

Foram capacitados servidores das Áreas Jurídicas, Administrativas (Serviços Gerais e Materiais), Financeira, Recursos Humanos, Controle Interno e Auditoria, Comunicação Social, Cerimonial, Saúde e Segurança.

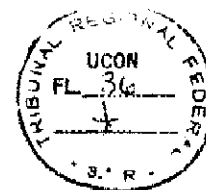
Ação: 4224 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

Proporciona o acesso da população carente em busca da tutela jurisdicional do Estado, assegurando-lhe o direito constitucional de assistência jurídica integral e gratuita e o pleno exercício dos direitos e garantias constitucionais individuais e coletivos previsto no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal. A ação envolve despesas com pagamento de honorários efetuados a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para prestação desta assistência.

SJSP - Foram realizados 92.061 pagamentos a defensores dativos, peritos, intérpretes, curadores especiais e pagamentos referentes à competência delegada, atendendo às determinações judiciais em processos em tramitação, sendo 19.819 nas Varas Federais, 70.899 nos Juizados Especiais Federais e 1.343 da competência delegada. Foram realizados 43.679 pagamentos a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais, atendendo às determinações judiciais em processos em tramitação, sendo 17.471 nas Varas Federais e 26.208 nos Juizados Especiais Federais.

SJMS - Foram assistidas 4.457 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e sete) pessoas, tanto em processos da 1ª instância, como em processos do JEF/MS

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

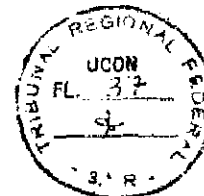


5.1.2 - PROJETOS

No que tange aos projetos do Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal, verifica-se a seguinte execução orçamentária.

Ação: Projeto	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal. Produto: Instalação Modernizada	SJSP	2.300.000,00	9	1.400.000,00	7
		(1) 900.000,00	(3)	1.135.634,56	
	SJMS	1.528.500,00	3	1.033.304,33	2
		(1) 385.000,00 (*) 110.195,67	(3)	1.033.304,33	
TOTAL		2.543.500,00	12	2.433.304,33	9
3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal. Produto: Sistema Implantado	SJSP	1.478.232,00		1.478.232,00	100,00%
		(3)		1.478.232,00	
	TRIBUNAL	9.695.397,00		8.776.302,74	17,12%
		(*) 919.094,26	(3)	7.116.694,29	
TOTAL		11.173.629,00		10.254.534,74	
11RQ - Reforma do Fórum de Execução Fiscal em São Paulo. Produto: Fórum com 12.804 m2	SJSP	300.000,00	6,00%	300.000,00	4,50%
		(3)		292.145,00	
TOTAL		300.000,00	6,00%	300.000,00	4,50%
103D - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos. Produto: Sede construída com 4.000m2	SJSP	4.030.963,00	61,00%	4.030.962,39	61,00%
		(*) 0,61	(3)	3.932.079,36	
TOTAL		4.030.963,00	61,00%	4.030.962,39	61,00%
1J10 - Aquisição de edifício-sede da Justiça Federal no Município de Assis - SP. Produto: Aquisição de Imóvel	SJSP	0,00	1	730.000,00	1
		(2) 900.000,00	(3)	730.000,00	
		(*) 170.000,00			
TOTAL		900.000,00	1	730.000,00	1
103C - Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal no Município de Três Lagoas - MS. Produto: Aquisição de Imóvel	SJMS	80.000,00	1,00%	0,00	0,00%
		(*) 80.000,00			
TOTAL		80.000,00	1,00%	0,00	0,00%
114J - Aquisição de Edifício-Sede da Justiça Federal no Município de Ponta Porã - MS. Produto: Aquisição de Imóvel	SJMS	0,00	1	1.000.000,00	1
		(2) 1.000.000,00	(3)	1.000.000,00	
TOTAL		1.000.000,00	1	1.000.000,00	1

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



3600 – Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP. Produto : Sede construída com 28.000m2		6.000.000,00	17,00%	6.713.725,74	17,00%
	TRIBUNAL	(2) 714.133,00		(3) 6.701.776,84	
		(*) 407,26			
TOTAL		6.714.133,00	17,00%	6.713.725,74	17,00%

(1) Créditos contingenciados

(2) Acréscimos orçamentários

(3) Restos a Pagar

(*) Crédito não utilizado (diferença entre a dotação autorizada e a execução financeira)

Ação: 1136 - Modernização de Instalações da Justiça Federal

SJSP - As ações de modernização no exercício de 2007 configuraram-se em intervenções construtivas para adequação dos layouts, das instalações prediais e da manutenção dos elementos estruturais dos imóveis próprios, bem como, destaca-se, também, a continuidade de reformas de adaptações dos componentes arquitetônicos e estruturais dos Fóruns da capital às adequadas condições de acessibilidade de deficientes físicos e funcionamento do sistema de combate a incêndio.

A meta de unidades reformadas em 2007 atingiu o número de 7 edificações, a saber: Fórum Cível-SP (15.258 m²), Juizado Especial Federal de São Paulo (12.675m²), Fórum de Execução Fiscal (12.804 m²), Fórum Criminal / Previdenciário (18.759 m²), Fórum de Santos (6.680 m²), Fórum de São José do Rio Preto (3.624 m²) e Fórum de São Bernardo do Campo (1.956 m²).

SJMS - As ações de modernização iniciar-se-ão, efetivamente, em 2008. Em 2007 foram realizados apenas os procedimentos licitatórios, assim como o empenho das respectivas despesas. As áreas abrangidas por modernização são o prédio do Juizado Especial Federal/MS, num total aproximado de 250 metros quadrados (cobertura para veículos, salas para grupo gerador e no-break, rampa de acesso e balcão de atendimento para deficientes físicos, escada e cobertura de área que dá acesso ao prédio), e o prédio-sede da Justiça Federal em Campo Grande, num total aproximado de 20 metros quadrados (sala tipo casa forte, junto à 3ª Vara).

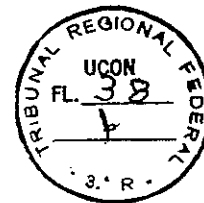
Bens permanentes adquiridos:

- 02 (dois) switches modulares e 09 (nove) switche's desktop, para modernização do CPD.

Valor total: R\$ 423.350,00

- 508 metros quadrados de piso elevado, para instalação nas Secretarias das Varas da Subseção Judiciária de Campo Grande, em face da necessidade de implantação de cabeamento estruturado. Valor total: R\$ 324.110,00.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Ação: 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão de Informação Jurisdicional na Justiça Federal – Nacional.

A ação visa desenvolver sistemas de integração entre os Órgãos Judiciários afins, bem como modernizar e agilizar os procedimentos de informação processual nas Unidades da Justiça Federal, mediante:

Desenvolvimento e implantação de sistemas de acompanhamento e controle da tramitação processual;

Integração de informações entre os Órgãos afins;

Formação de banco de dados;

Aquisição de equipamentos, softwares, de material de consumo, serviços técnicos e demais despesas afins.

No curso da ação, buscar-se-á atender, ampliar e propiciar o desenvolvimento integrado e equilibrado entre todas as áreas da Justiça Federal de forma sistêmica, baseada em projetos com a avaliação custo-benefício, estendendo a compatibilização dos equipamentos, permitindo a ampliação, substituição, melhorias e interligações para acesso em programas de reciprocidade com Tribunais Superiores, Seções Judiciárias, entidades credenciadas e usuários em geral.

Assim, colocar-se-ão as informações ao alcance da sociedade em geral, da comunidade jurídica, dos magistrados e da administração das unidades da Justiça Federal, visando o melhor controle do andamento dos processos, maior precisão e rapidez na solução dos feitos ajuizados, bem como subsidiar a tomada de decisões. E, ainda, obter eletronicamente, por meio dos recursos tecnológicos os registros on-line dos pagamentos de dívidas inscritas, conversão em renda, custas judiciais, concorrendo para a redução dos trâmites administrativos e dos custos para o contribuinte. A seguir, a descrição dos recursos tecnológicos implantados:

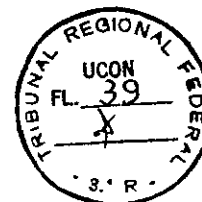
- Processo eletrônico.

É a continuidade do Projeto de implantação da rede WAN, rede de longo alcance. O sistema eletrônico permitirá a tramitação de processos judiciais, interligando o TRF com suas seções e subseções, abrangendo os serviços de comunicação de dados, voz e vídeo conferência entre sua sede e suas unidades.

- Projeto de difusão de imagens.

Trata-se de implantação de sistema de troca de imagens e sons entre os Tribunais e Seções Judiciárias. O projeto possibilitará a realização de julgamento à distância, permitindo a troca de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



imagens e sons entre o Tribunal e Seções Judiciárias, possibilitando aos advogados, partes e testemunhas sustentarem oralmente os processos sob sua responsabilidade na própria Seção Judiciária em que se iniciou o litígio.

- Aquisição de equipamento.

Aumento do parque de informática com a aquisição de microcomputadores e impressoras para serem ligados à rede de difusão no Tribunal e Seções Judiciárias. As aquisições se tornam necessárias uma vez que para a conclusão do processo de migração de sistemas para operarem com utilização do Banco de Dados "Oracle", somente poderá ser efetuada se o SGBD – ORACLE estiver devidamente instalado nos computadores de todas as Seções Judiciárias.

SJSP - Em 2007 a Justiça Federal de Primeiro Grau de São Paulo adquiriu 800 microcomputadores novos para substituição de equipamentos a serem instalados nas Varas Federais e Juizados Especiais Federais.

SJMS – Não houve execução orçamentária nessa ação, no exercício de 2007.

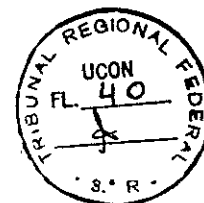
Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Foi dada continuidade ao desenvolvimento dos módulos 6 a 8 e com os módulos de 1 a 5 em produção houve a necessidade de suporte e adequação de rotinas do sistema, das quais algumas alterações exigiram aditivos contratuais por estarem fora do escopo contratado.

Foram feitos testes e alterações nos módulos de integração com o sistema da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Também foram adquiridos softwares e equipamentos para preparar as estações de trabalho para os novos sistemas, e parte para a modernização da infra-estrutura de rede do TRF 3ª Região incluindo Seções Judiciárias e Juizados Especiais Federais para possibilitar a implantação das tecnologias de informações e comunicações que serão a base para integração das informações jurisdicionais na Justiça Federal.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS	EXECUÇÃO			
	FINANCEIRA (R\$ mil)		FÍSICA (unidades)	
	No Exercício	Acumulado até o Exercício	No Exercício	Acumulado até o Exercício
Projeto de Execução Fiscal Eletrônica				

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



1 - Contratação da solução integrada (Software, Hardware e Serviços) para a informatização dos processos de Execução Fiscal e seus incidentes nas 16 Varas da Capital.	1.151,43	8.559,80	11,34%	84,30%
--	----------	----------	--------	--------

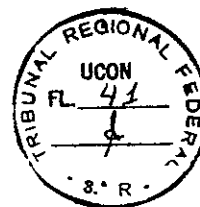
Este projeto objetiva a informatização e automação de procedimentos que integrem as entidades exeqüentes à Justiça Federal, utilizando um modelo tecnológico que aumentará consideravelmente a capacidade do ajuizamento dos processos de Execução Fiscal.

Os procedimentos, que hoje são realizados por meio físico (papel), passarão a ocorrer de tal forma que será composto um acervo em meio digital, com a geração de documentos eletrônicos no âmbito da Justiça Federal e a integração com as entidades conveniadas se realizarão mediante a troca eletrônica de informações.

O alvo foi à aquisição de equipamentos para prover recursos para utilização, pela Justiça Federal da 3ª Região, dos sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento, da rede de computadores. Com os recursos disponíveis, há viabilidade para implantação dos sistemas, o que trará padronização de procedimentos e celeridade na execução de tarefas por todos os usuários, melhorando em qualidade e tempo a prestação jurisdicional. Segue a listagem dos equipamentos:

- Access Point Wireless 802.11g. (100);
- Autoloader para JEFs (7);
- Radiolences de microondas (4);
- Scanner HP 5590C (44);
- Thin Client (100);
- Videoconferência (43);
- Solução Blade (4 Racks, 54 lâminas blade e 4 servidores);
- Microcomputadores Dell (410);
- Impressoras térmicas para senhas (5);
- Notebook HP (35);
- MCU para videoconferência (para até 64 pontos simultâneos);
- Monitor de vídeo de 17" LCD (1610);
- Laser Colorida (274).

Foi alvo também da ação, a aquisição de licenças de produtos Microsoft para implantação dos projetos GEDPRO, GDOC, Videoconferência, Diário Eletrônico e piloto com thinclient e a aquisição de software que compõe a solução de radioenlaces digitais para prover recursos de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

comunicação direta entre Fóruns e fechamento de links redundantes entre o Fórum de Execução Fiscal, Fórum Pedro Lessa, TRF-3ª Região e JEF São Paulo, propiciando maior segurança na comunicação de dados e acesso aos diversos sistemas e internet tanto para usuários internos quanto para os jurisdicionados. O fechamento dos links permitirá ainda a centralização de equipamentos de rede do Fórum de Execuções Fiscais e JEF em um único CPD, maximizando os diversos recursos de administração. Foram adquiridos:

Software do Radioenlace Digital (8);
Produtos Microsoft (2013 – diversos).

Ação: 11RQ – Reforma do Fórum de Execução Fiscal em São Paulo - SP

A obra contratada visa à manutenção estrutural da edificação no sentido da plena recuperação da estrutura de forma a assegurar a integridade e segurança das instalações, eliminando as patologias existentes, na forma de infiltrações e danos a componentes estruturais da edificação. Pretende-se resguardar a população circulante do prédio, cumprir a legislação vigente, bem como melhor proteger os processos judiciais alojados, e todo o conjunto das instalações/patrimônio da União.

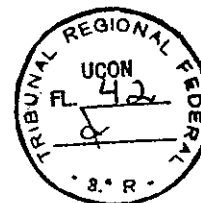
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2007				
Financeira (R\$ mil)		Execução Física (%)		
Despesa realizada Até o exercício	Despesa realizada no exercício	Até o exercício	O exercício	
50.495,00	0	0,93		
	506.679,33		9,36	
	105.739,80		1,95	
	102.450,00		1,89	
	1.909.783,30		35,29	
	7.855,00		0,14	
TOTAL	50.495,00	2.632.507,43	0,93	48,63

Fonte: SIAFI Gerencial

Ação: 103D – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em São José dos Campos – SP

O projeto de execução da nova sede para abrigar a Subseção Judiciária de São José dos Campos teve o seu início no ano 2000 e vem sendo realizado em etapas. O terreno situado na rua Jorge de Oliveira Coutinho foi doado à União pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



A finalidade de construir um novo edifício é suprir a carência de espaços e instalações físicas, o que contribui para a melhoria da qualidade no atendimento da população pelas Varas Federais. Entre 2001 e 2004 a dotação orçamentária recebida foi direcionada para serviços de capina e limpeza, bem como contratação de projeto básico e executivo de construção. Em 2005 não houve execução, haja vista dificuldades ocorridas na elaboração do projeto executivo e implementação de mudanças no escopo inicial no sentido de buscar melhor adequação dos projetos ao orçamento disponível. Em 2006 contratou-se a empresa CPOS-Cia Paulista de Obras e Serviços para elaborar novo estudo preliminar, projeto básico e executivo para a edificação, inclusive a preparação de memorial descritivo.

O valor de R\$ 1.600.000,00 da dotação recebida em 2006 foi disponibilizado em junho como crédito por cancelamento compensatório para suplementar o Programa de Trabalho Aquisição de nova sede para o prédio de São Bernardo do Campo-SP.

Em 2007, tendo por base o novo projeto elaborado pela CPOS, foi contratada empresa para execução da construção da edificação, cujo valor integral da obra é de R\$ 7.702.222,22, tendo a seguinte programação orçamentária para conclusão total da obra até maio/2009: R\$ 3.902.745,00 através da nota de empenho 2007NE002693, R\$ 1.000.000,00 na proposta orçamentária de 2008 e R\$2.799.477,22 na proposta orçamentária de 2009.

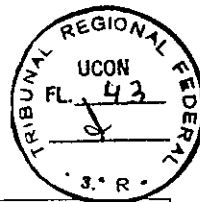
Ação: 1J10 – Aquisição do Edifício Sede da Justiça em Assis

A finalidade da aquisição do imóvel estava em suprir a carência de espaços e instalações no sentido de possibilitar o funcionamento dos órgãos judiciais e administrativos do tribunal, propiciando condições adequadas de trabalho e de atendimento aos usuários.

Quadro demonstrativo da evolução do gasto:

ORÇAMENTÁRIA		
Exercício	Dotação Autorizada (R\$)	Despesa Realizada (R\$)
2007	900.000,00	730.000,00
TOTAL	900.000,00	730.000,00

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



VALORES PAGOS: (FONTE: SIAFI GERENCIAL)	
Exercício de 2007	Valor Pago (R\$)
Aquisição do imóvel – inscrito em RP 2008 (2007NE002928 – R\$ 730.000,00)	0,00
TOTAL	0,00

Tendo em vista a necessidade de melhoria e adequação das instalações físicas da sede da 16ª Subseção Judiciária de São Paulo, Fórum Federal de Assis, foi adquirido novo imóvel situado à rua 24 de Maio, nº 265/307, Assis-SP.

Foram pesquisados diversos imóveis na região, sendo a opção acima apresentada a que melhor atendeu aos requisitos de área disponível, localização e compatibilização com os recursos disponíveis para a aquisição.

A fim de adequar as instalações físicas da nova sede, serão elaborados, obrigatoriamente, estudos técnicos para definição da forma de ocupação do imóvel, abrangendo layout e as adequações a serem implementadas nas instalações, abrangendo: forro, divisões internas, pisos, instalações hidráulicas (água fria, esgoto e águas pluviais), instalações elétricas (alimentação predial, iluminação, tomadas de energia comum e estabilizada) e rede de dados e voz.

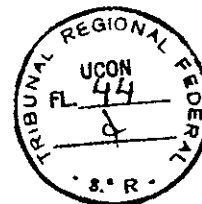
103C - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal no Município de Três Lagoas - MS.

Nessa ação foi implementada, inicialmente, a elaboração dos projetos básico e legal da obra, assim como o respectivo Memorial Descritivo dos serviços e que foram concluídos no final do exercício de 2007. Esses projetos e memorial subsidiarão a futura licitação da obra propriamente dita, que deverá ser aberta no exercício de 2008.

Ação: 114J – Aquisição do Edifício Sede da Justiça em Ponta Porã

A finalidade da provisão aqui apontada foi a aquisição de prédio para sediar a 5ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, no Município referido.

Esta ação possibilitou a aquisição de um novo prédio para abrigar a 5ª Subseção Judiciária da Justiça Federal de MS, na cidade de Ponta Porã, garantindo aos juízes e servidores uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

significativa melhora das condições gerais de trabalho, decorrente do maior espaço físico a ser disponibilizado, o que também se reverterá em benefícios aos jurisdicionados.

Houve execução de 100% (cem por cento) do crédito orçamentário repassado.

Ação: 3600 – Reforma do Edifício-Sede do TRF da 3ª Região em São Paulo – SP

Vem proporcionar estrutura física adequada à população, permitindo melhor acesso aos serviços jurisdicionais da Justiça Federal. As despesas voltam-se a projetos arquitetônicos e complementares, reforma do prédio, fiscalização e acompanhamento da obra, instalações e serviços especiais, equipamentos diversos e outros afins. Trata-se da reforma de 28.000 m² do referido edifício.

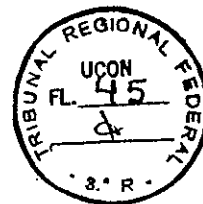
O início do projeto ocorreu em Janeiro de 2003, e está com previsão de término para Dezembro de 2009. A série histórica orçamentária e financeira segue conforme a tabela a seguir:

SÉRIE HISTÓRICA ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA		
Exercício	Dotação Autorizada (R\$)	Despesa Realizada (R\$)
2003	1.700.000,00	501.611,47
2004	1.850.000,00	1.850.000,00
2005	2.420.000,00	1.935.992,25
2006	7.522.281,00	7.141.128,20
2007	6.714.133,00	6.713.725,74
TOTAL	20.206.414,00	18.142.457,66

VALORES PAGOS: (FONTE: SIAFI GERENCIAL)	
Exercício de 2007	Valor Pago (R\$)
OBRAS E INSTALAÇÕES	5.263.813,74
MATERIAL PERMANENTE	1.449.912,00
TOTAL	6.713.725,74

O edifício sede do Tribunal, instalado na Av. Paulista, 1842, possui 42.122,61 m², sendo a área a ser reformada de 28.000 m², cuja reforma se dará por etapas, incluindo a rede hidráulica, elevadores, ar condicionado e instalações em geral.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



O público que trafega pela edificação, incluindo Desembargadores, servidores, prestadores de serviços, estagiários, advogados, usuários dos serviços e outros se aproxima de 2.500 pessoas/dia, tratando-se de população fixa e 5.000 pessoas/dia com a população flutuante.

Dando continuidade aos trabalhos de reforma do edifício sede do TRF-3ª Região durante o ano de 2007, foram realizadas intervenções no conjunto de elevadores com o propósito de modernizá-los e dotá-los de totais condições de segurança.

Durante o ano acompanhamos a execução dos serviços relativos à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais por intermédio de intervenções nas instalações físicas dos prédios pertencentes ao TRF - 3ª Região.

Também foram executados os serviços de pintura e readequação das áreas internas do edifício-sede, como escadas e hall dos elevadores.

Ressaltamos que a Secretaria da Administração contratou os serviços de reforma do sistema de ar condicionado, cuja primeira etapa terá seu início em 2008.

Assim, o TRF - 3ª Região passará a utilizar tecnologia limpa em seu equipamento central de ar condicionado, pois atualmente as centrífugas são abastecidas a gás, além de poder propiciar conforto a seus desembargadores, servidores e clientes em geral.

Foram contratados, também, neste mesmo sentido, os serviços de limpeza dos dutos do ar condicionado, com execução prevista para 2008, serviços estes que propiciarão maior segurança e conforto a todos.

Em complementação à contratação da substituição das portas corta-fogo, e verificada a necessidade da substituição também dos respectivos batentes, estes foram contratados e serão executados os trabalhos, por completo, em 2008.

Durante o exercício realizamos licitações para contratação dos projetos básicos de importantes intervenções necessárias, tais como;

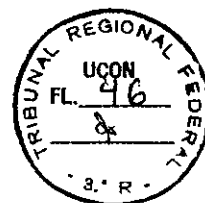
projeto básico para reforma da cabine primária e grupo gerador;

projeto básico do controle de acesso e cftv;

projeto básico para reforma hidráulica e sanitárias.

Com a conclusão e apresentação destes projetos estudaremos a disponibilização de recursos orçamentários para iniciarmos a execução dos serviços.

Com a aquisição de mais um lote de cabeamento estruturado e de piso elevado a administração pretende ter condições de implementar a adequação de eventuais novos espaços para melhor acomodação das instalações do TRF-3ª Região, além de realizar intervenções substituindo instalações, tanto de rede como de piso, que apresentam condições inadequadas para o bom desenvolvimento dos trabalhos.



5.2 – OPERAÇÕES ESPECIAIS

5.2.1 – Programa 0089 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
0396 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões. Produto: pessoa beneficiada (unidade)	SJSP	70.069.270,76		70.069.246,17	503
		(*) 24,59		(3) 845.369,93	
	SJMS	2.205.702,78		2.205.683,02	15
		(*) 19,76		(3) 15.040,07	
	SEÇÕES	72.274.973,54		72.274.929,19	518
	TRIBUNAL	28.905.821,00	212	29.905.819,30	216
		(2) 1.000.000,00		(3) 158.144,00	
		(*) 1,70			
TOTAL		102.180.794,54		102.180.748,49	734

(1) Créditos contingenciados

(2) Acréscimos orçamentários

(3) Restos a Pagar

(*) Crédito não utilizado (diferença entre a dotação autorizada e a execução financeira)

0396 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

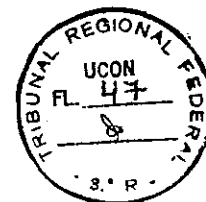
Assegura a manutenção sócio-econômica a que legalmente fazem jus os servidores inativos e pensionistas.

Os recursos alocados na Ação "Pagamento de Aposentadorias e Pensões", que tem como produto o número de pessoas beneficiadas, são destinados às despesas com o pagamento do pessoal inativo, pensionistas e respectivos encargos.

SJSP - Em 2007 foram pagos 503 servidores e magistrados, entre inativos e pensionistas, conforme quadro abaixo:

ORGÃO	Nº DE SERVIDORES e MAGISTRADOS		
	INATIVOS	INSTITUIDORES DE PENSÃO	TOTAL
JUST. FED./SP			
Servidores	370	107	477
Magistrados	18	8	26
TOTAL	388	115	503

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



SJMS - Foram beneficiados 15 pessoas, conforme segue:

ÓRGÃO	Nº de Servidores		
	Inativos	Pensionistas	TOTAL
JUST. FED./MS	12	3	15
Total	12	3	15

Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Foram beneficiados 203 pessoas, conforme segue:

ÓRGÃO	Nº de Servidores		
	Inativos	Pensionistas	TOTAL
TRF3	174	29	203
Total	174	29	203

5.2.2 – Programa 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada			Execução		
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	SJSP		81.769.212,23	-		81.769.208,50	-
		(*)	3,73		(3)	639.476,63	
	SJMS		5.363.884,27	-		5.363.874,93	-
		(*)	9,34		(3)	47.489,87	
	SEÇÕES		87.133.096,50			87.133.083,43	
	TRIBUNAL		37.743.087,00	-		37.211.174,17	-
		(2)	1.427.057,00		(3)	163.192,70	
		(*)	0,07				
TOTAL			126.303.240,50	-		124.344.257,60	-

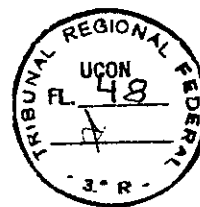
(1) Créditos contingenciados

(2) Acréscimos orçamentários

(3) Restos a Pagar

(*) Crédito não utilizado (diferença entre a dotação autorizada e a execução financeira)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



5.2.3 – PROGRAMA 0901 – Cumprimento de Sentenças Judiciais

Ação: Operações Especiais	UG	Dotação Autorizada		Execução	
		Orçamentária	Física	Financeira	Física
0005 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional.	TRIBUNAL	847.694.695,00 (*) 3.139.356,04		844.555.338,96	19.859
TOTAL		847.694.695,00		844.555.338,96	19.859
0625 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado - RPV União e Entidades	TRIBUNAL	1.234.089.274,00		1.234.089.274,00	188.513
				(3) 149.551.512,84	
TOTAL		1.234.089.274,00		1.234.089.274,00	188.513

(1) Créditos contingenciados

(2) Acréscimos orçamentários

(3) Restos a Pagar

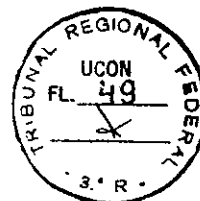
(*) Crédito não utilizado (diferença entre a dotação autorizada e a execução financeira)

Ação: 0005 – Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional.

Esta operação assegura o pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios), em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal. Segue quadro demonstrativo da execução:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NÚMERO DE PROCESSOS PAGOS	VALOR TOTAL EXECUTADO R\$
12104 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	2.882	152.753.774,06
24204 – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	04	180.007,53
25201 – BANCO CENTRAL DO BRASIL	27	6.139.923,08

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

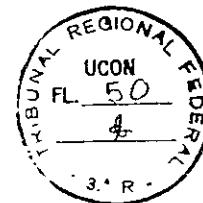


26262 – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	01	231.608,40
26280 – FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE SÃO CARLOS	01	189.108,61
26283 – FUNDAÇÃO UNIV.FED. DE MATO GROSSO DO SUL	02	70.176,47
33201 – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	1.268	33.636.680,96
33904 – FUNDO DO REG. GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	15.517	626.628.577,71
36211 – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE	01	23.214,18
47205 – FUND. INSTITUTO BRAS. GEOGRAFIA ESTATISTICA	02	237.173,96
49201 – INSTITUTO NAC. COL. REFORMA AGRÁRIA – INCRA	154	24.465.094,00
TOTAL	19.859	844.555.338,96

Ação: 0625 - Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado - RPV União e Entidades

Com o fim de informar os pagamentos de sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor em cumprimento ao disposto no Artigo 100 da Constituição Federal e Art. 17, Parágrafo 1º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, temos a informar o número de processos pagos e respectivos valores, conforme tabela abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NÚMERO DE PROCESSOS PAGOS	VALOR TOTAL EXECUTADO (R\$)
12104 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO	13.878	152.207.064,00
33904 – FUNDO DO REG. GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	126.706	1.080.882.210,00
TOTAL	140.584	1.234.089.274,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

6- INDICADORES

Objetivando demonstrar o desempenho da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, apresentamos a seguir os seguintes Indicadores de Gestão. Este sistema descreve indicadores e outros parâmetros utilizados para gerenciar a conformidade e o desempenho dos programas governamentais e/ou das ações administrativas.

Movimentação Processual:

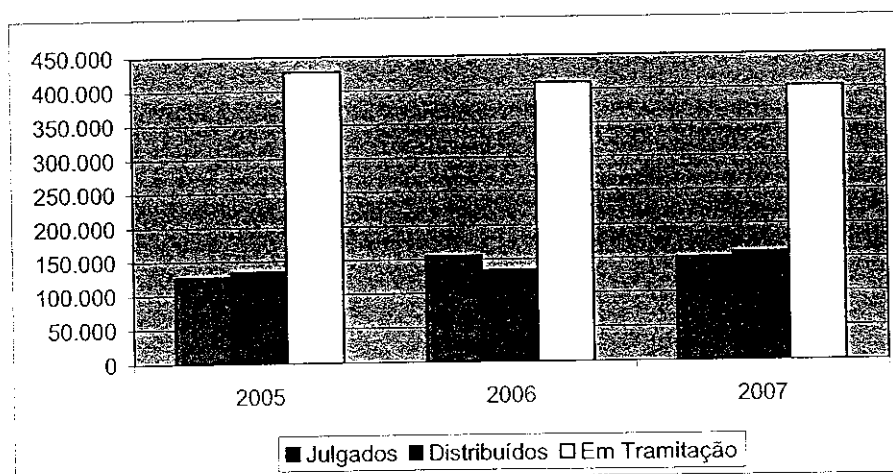
a) Quantitativo de Processos:

- Movimentação processual: dados extraídos do sistema informatizado alimentado pela área de Estatística do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

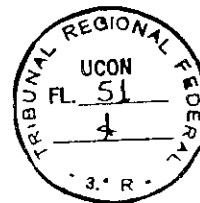
A movimentação processual na Justiça pode ser dividida em três classes, a saber: processos julgados, processos distribuídos e processos em tramitação.

Os gráficos a seguir apresentam a movimentação processual ocorrida na Justiça Federal de 2º Grau - Tribunal Regional Federal da 3ª Região; na Justiça Federal de 1º Grau - Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, bem como nos Juizados Especiais Federais de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

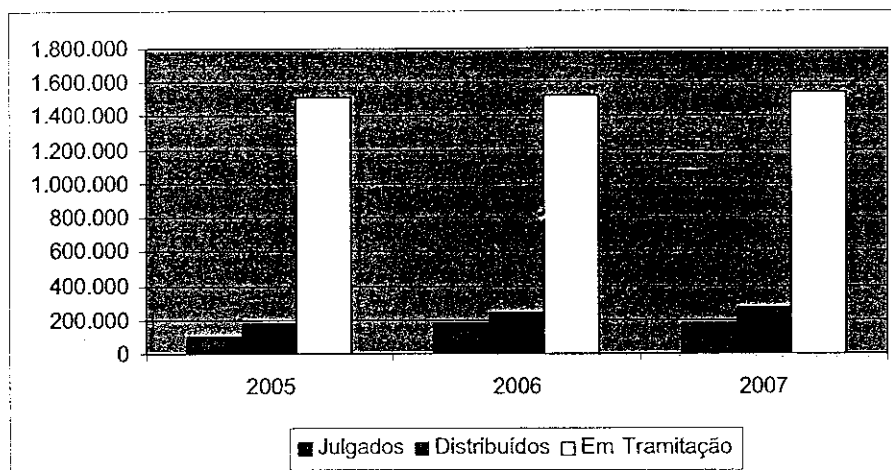


TRF 3ª Região	2005	2006	2007
Julgados	127.173	155.692	150.797
Distribuídos	134.387	133.817	158.616
Em Tramitação	427.671	409.146	401.029



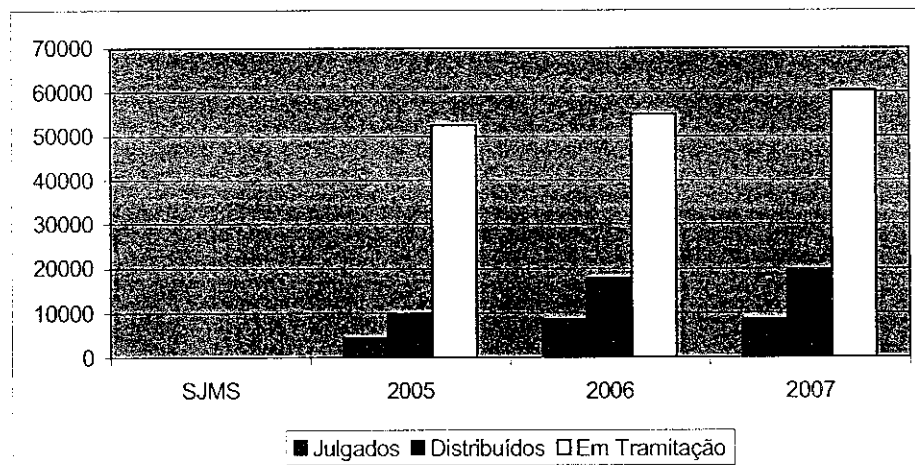
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Seção Judiciária de São Paulo

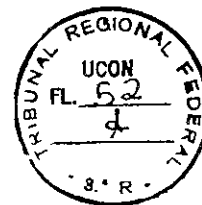


TRF 3ª Região	2005	2006	2007
Julgados	100.995	171.947	175.341
Distribuídos	174.137	243.251	265.525
Em Tramitação	1.508.861	1.517.715	1.538.907

Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

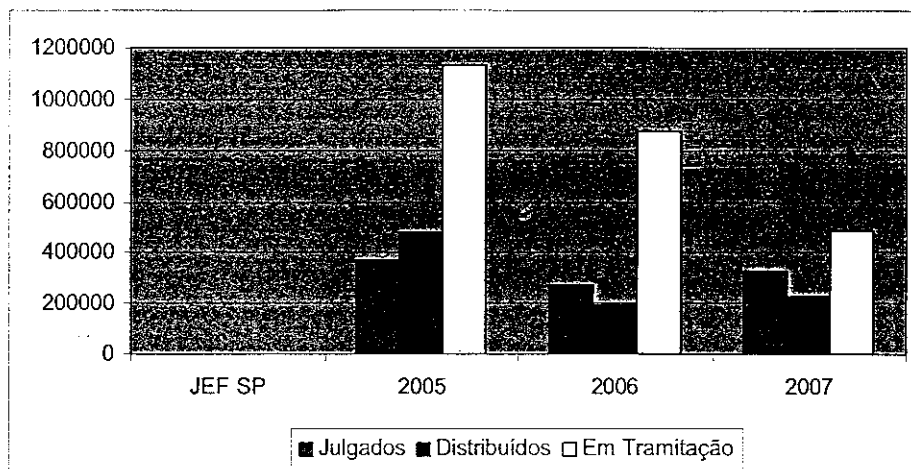


SJMS	2005	2006	2007
Julgados	4.424	8.623	8.452
Distribuídos	9.957	17.849	19.522
Em Tramitação	52.434	54.879	60.316



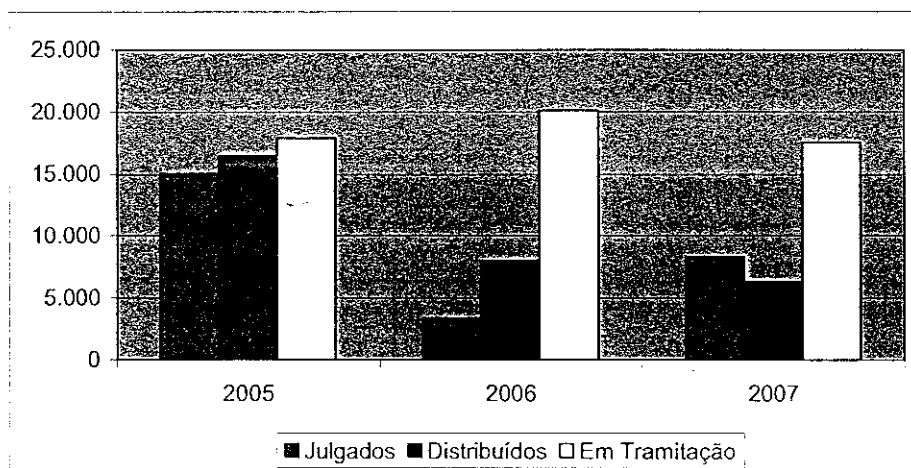
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Juizado Especial Federal de São Paulo

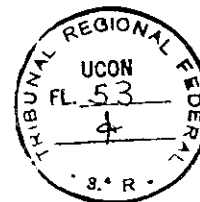


JEF SP	2005	2006	2007
Julgados	370.733	273.121	326.180
Distribuídos	478.678	197.080	231.616
Em Tramitação	1.131.387	877.006	488.539

Juizado Especial Federal de Mato Grosso do Sul



JEF MS	2005	2006	2007
Julgados	15.034	3.359	8.354
Distribuídos	16.494	8.002	6.332
Em Tramitação	17.914	20.122	17.486



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

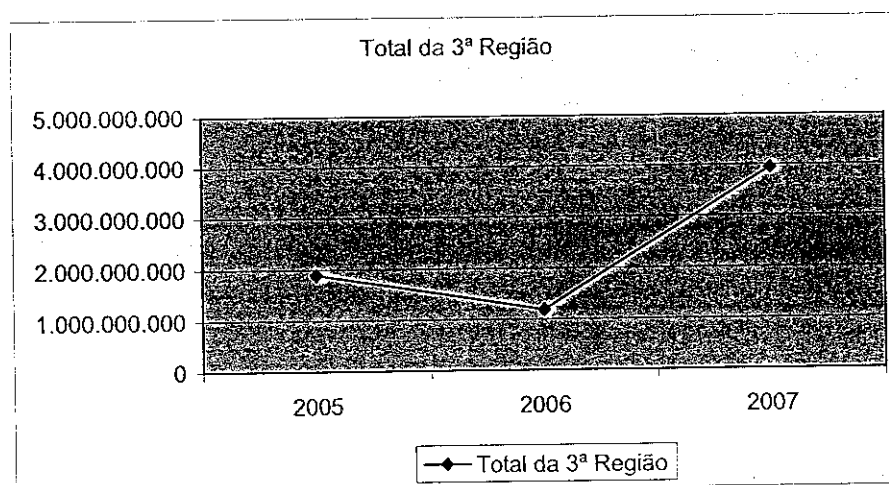
b) Receitas Geradas Pela Justiça Federal

Este indicador visa aferir o valor das receitas arrecadadas pela Justiça Federal oriundas de execuções fiscais e arrecadação de custas judiciais.

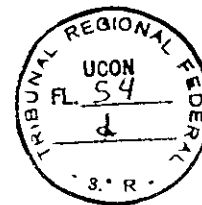
Discriminação da Arrecadação e Dívida Ativa, em Reais da Justiça Federal da 3ª Região

Ano	CUSTAS		SP		MS		Total		
	SP	MS	Execuções Fiscais	Conversões	Execuções Fiscais	Conversões	SP	MS	3ª Região
2005	13.064.808	270.198	805.658.149	1.041.297.364	22.001.663	6.822.739	1.860.020.321	29.094.600	1.889.114.922
2006	15.092.635	306.463	984.981.656	156.276.331	33.559.055	475.234	1.156.350.622	34.034.290	1.190.691.375
2007	15.870.528	374.100	1.150.861.519	2.725.323.525	37.510.306	4.850.741	3.892.055.572	42.735.147	3.934.790.719

Arrecadação e Dívida Ativa, em Reais

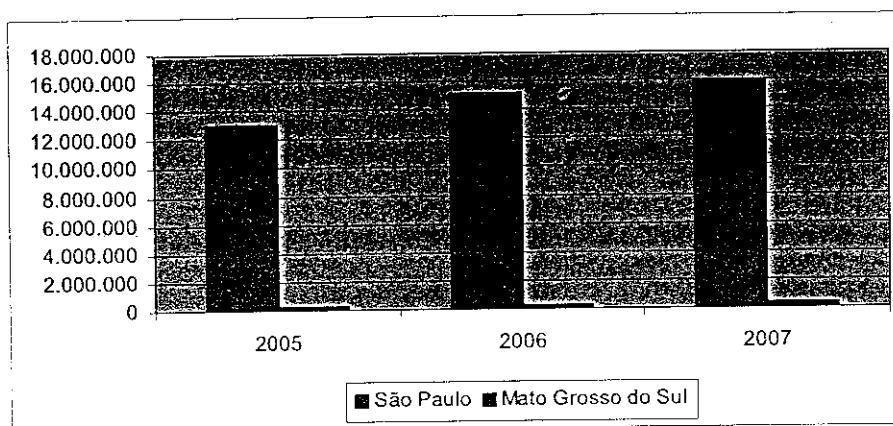


Total da 3ª Região	2005	2006	2007
	1.889.114.922	1.190.691.375	3.934.790.719



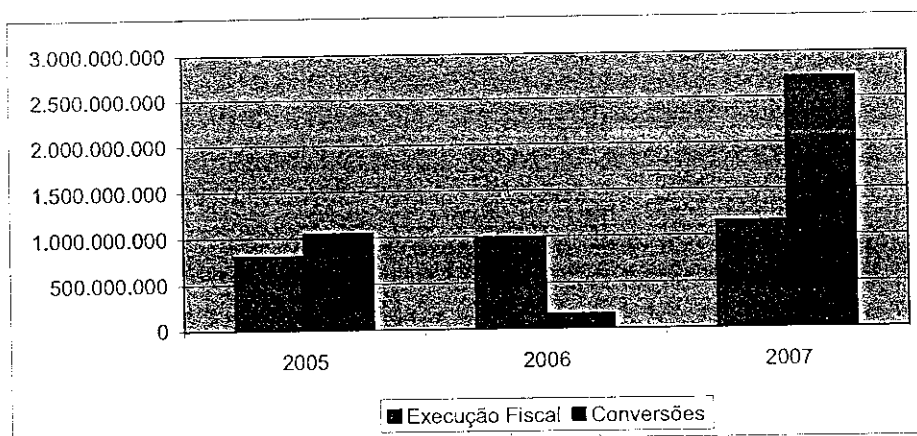
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Arrecadação de Custas Judiciais – 1ª e 2ª Instância de São Paulo e
Mato Grosso do Sul, em Reais

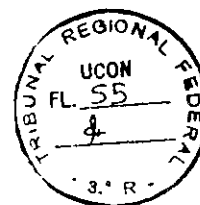


	2005	2006	2007
São Paulo	13.064.808	15.092.635	15.870.528
Mato Grosso do Sul	270.198	306.463	374.100

Dívida Ativa-Seção Judiciária de São Paulo
Execuções Fiscais e Conversões, em Reais



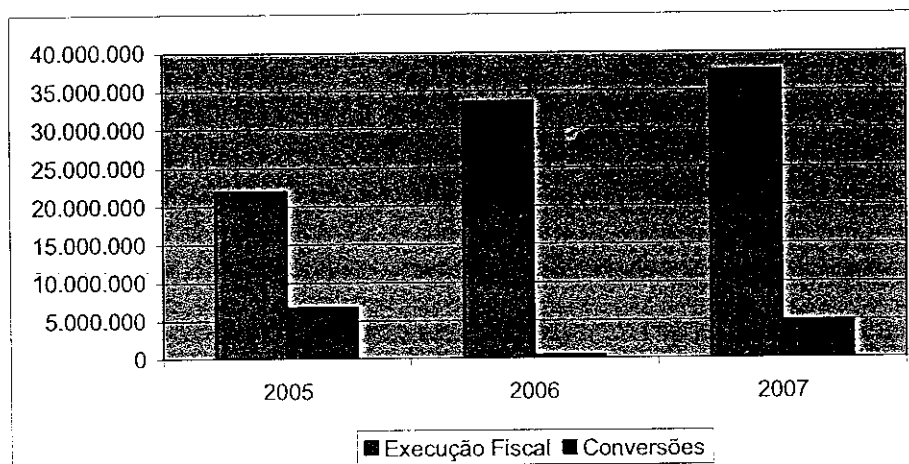
	2005	2006	2007
São Paulo			
Execução Fiscal	805.658.149	984.981.656	1.150.861.519
Conversões	1.041.297.364	156.276.331	2.725.323.525



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Dívida Ativa-Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

Execuções Fiscais e Conversões, em Reais

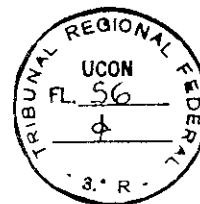


Mato Grosso do Sul	2005	2006	2007
Execução Fiscal	22.001.663	33.559.055	37.510.306
Conversões	6.822.739	475.234	4.850.741

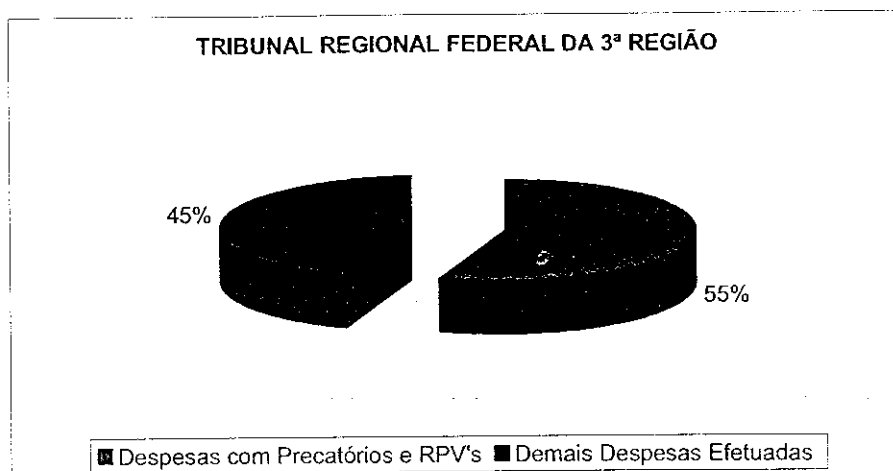
c) Composição da Despesa Total do TRF 3ª Região

Neste tópico é demonstrado o indicador orçamentário-financeiro que tem como objetivo avaliar o montante de despesas executadas por este Tribunal Regional Federal da 3ª Região, comparando as despesas com Precatórios e Requisições de Pequeno Valor- RPV's e as demais despesas efetuadas com a sua manutenção.

O total das despesas executadas no exercício de 2007 foi de R\$ 3.233.875.091,90 (três bilhões, duzentos e trinta e três milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, noventa e um reais e noventa centavos). Deste montante, R\$ 2.078.644.612,96 (dois bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e noventa e seis centavos) referem-se aos Precatórios e Requisições de Pequeno valor - RPV) e R\$ 1.155.230.478,94 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos) quanto às demais despesas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Fonte: SIAFI/2007

O gráfico acima demonstra que 55% das despesas executadas em 2007 refere-se ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado – Precatórios e RPVs e 45% a despesas efetuadas com a manutenção da Região (Pessoal, Custeio e Investimentos).

d) Taxa da Execução da Despesa em relação ao Orçamento Disponibilizado

Visa demonstrar a participação do total da Despesa Realizada, incluindo Precatórios e RPV, no Orçamento à disposição da Região.

Para apuração deste Indicador, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$N = \frac{DET}{DD} \times 100$$

Onde:

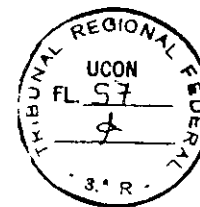
DET = despesa executada total da Região, inclusive Precatórios e RPV + empenhos a liquidar.

DD = valor total da dotação orçamentária autorizada – valor total da dotação disponibilizada.

DET = 3.233.875.091,90

DD = 3.241.859.985,39

N = 99,76%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

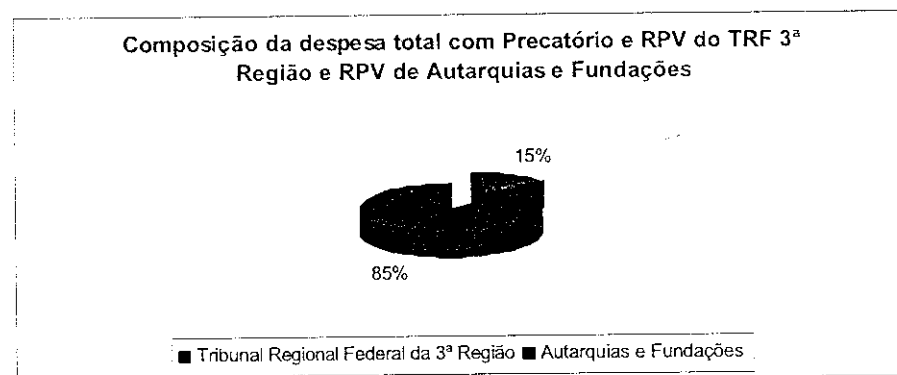


O gráfico acima demonstra que a Despesa Realizada atingiu o percentual de 99,76% em relação ao orçamento disponível.

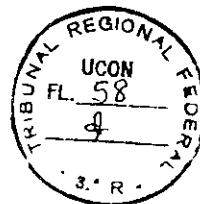
e) Composição da Despesa com Precatórios e RPV da Região e RPV das Autarquias

A composição de Despesa com Precatórios e RPV do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e RPV das Autarquias totalizou um montante de R\$ 2.078.644.612,96 (dois bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e noventa e seis centavos), como demonstrado abaixo:

U O	Órgão	Valor R\$
12104	Tribunal Regional Federal da 3ª Região	307.927.937,00
Demais Unidades Orçamentárias	Autarquias e Fundações	1.773.856.032,00
Total		2.078.644.612,96



O gráfico acima demonstra que o total das despesas com Precatórios e RPV é de R\$ 2.078.644.612,96 (dois bilhões, setenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e noventa e seis centavos), sendo 15% referente às despesas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no valor de R\$ 307.927.937,00 (trezentos e sete milhões, novecentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e sete reais) e 85% das Autarquias e Fundações no valor de R\$ 1.773.856.032,00 (um bilhão, setecentos e setenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e trinta e dois reais)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

f) Composição da Despesa Total da Região por Grupo de Despesa

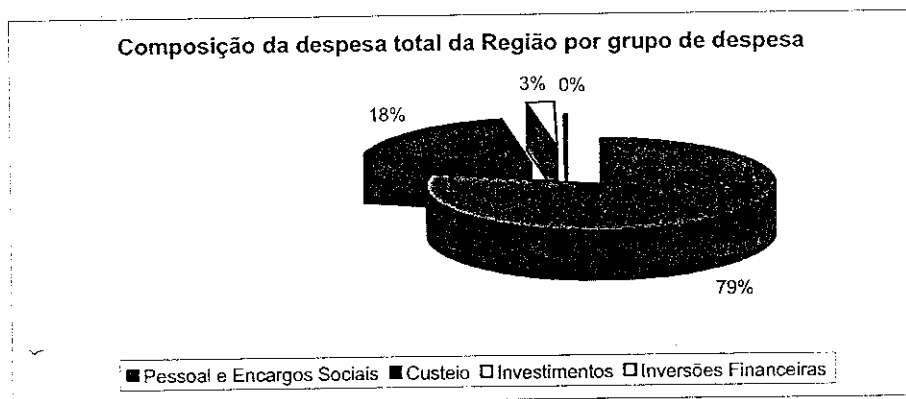
Esse indicador demonstra a composição da Despesa Total executada pela Região em relação aos grupos de despesas de Pessoal e Encargos Sociais; Custeio; Investimentos e Inversões Financeiras.

$$D1 = \frac{DGDn}{DET} \times 100$$

Onde:

DGDn = despesa executada total do grupo de despesa sob análise

DET = despesa executada total da Região, inclusive Precatório e RPV



As despesas referentes a Pessoal, Encargos Sociais, Custeio, Investimentos e Inversões Financeiras da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região, no exercício de 2007, totalizaram o montante de R\$ 1.155.230.478,94 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), sendo que 79% refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais; 18% a despesas de custeio; 3% a despesas de investimentos e cerca de 0,15% com inversões financeiras, como demonstra o quadro acima.

g) Despesa da Região (exceto Precatórios e RPV) por habitante

Esse indicador demonstra o quanto à execução da Despesa representa por habitante da Região.

$$G4 = \frac{DJF}{h}$$

Onde:

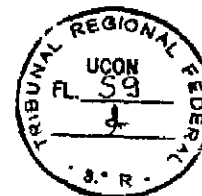
DJF = despesa executada total da Região, excluindo Precatório e RPV

h = quantitativo de habitantes da Região, conforme estimativa divulgada pelo IBGE

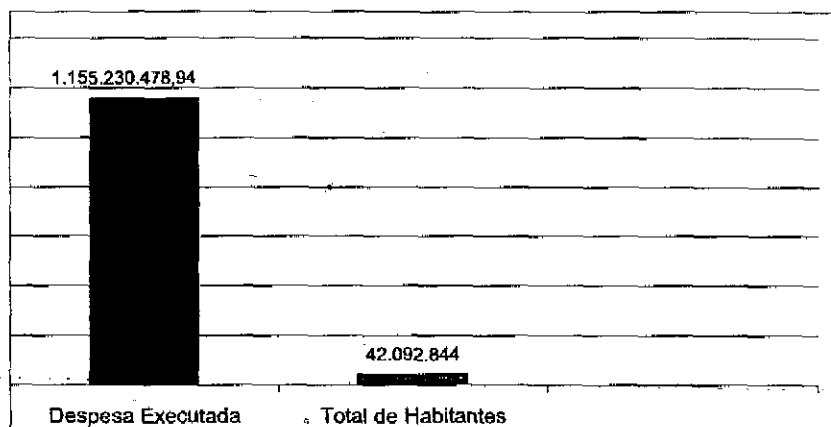
DJF = 1.155.230.478,94

h = 42.092.844

G4 = R\$ 27,29 por Habitante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Fonte: IBGE, Contagem de População 2007.

O total da despesa executada pela Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 3ª Região, no ano de 2007, excluídos Precatórios e RPV, foi de R\$ 1.155.230.478,94 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), para uma população estimada de 42.092.844 (quarenta e dois milhões, noventa e dois mil e oitocentos e quarenta e quatro habitantes), que engloba São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, aplicando-se o indicador, obtêm-se o valor de R\$ 27,29 por habitante da 3ª Região, pleiteadores potenciais de Ações Judiciais.

h) Composição da despesa total licitável da Região por Modalidade de Licitação

O presente indicador apresenta a composição da despesa licitável realizada pela Região, por modalidade, dispensa e inexigibilidade de licitação e suprimento de fundos.

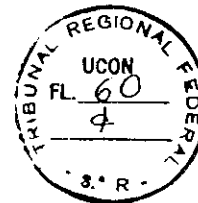
$$D1 = \frac{DMLn}{DJFLic} \times 100$$

Onde:

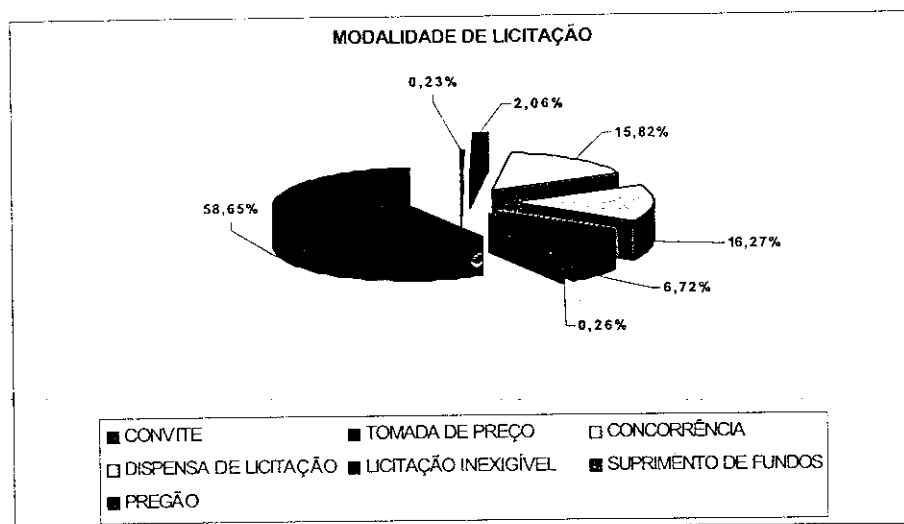
DMLn = despesa executada total da Região na modalidade de licitação sob análise.

DJFLic = despesa licitável executada total da Região.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	090015	090017	090029	TOTAL	%
CONVITE	-	125.237,00	254.325,49	379.562,49	0,23
TOMADA DE PREÇO	358.058,20	1.144.519,56	1.858.245,86	3.360.823,62	2,06
CONCORRÊNCIA	-	12.576.781,13	13.240.180,17	25.816.961,30	15,82
DISPENSA DE LICITAÇÃO	3.069.376,42	15.272.115,71	8.222.283,17	26.563.775,30	16,27
LICITAÇÃO INEXIGÍVEL	863.547,20	5.847.895,69	4.253.649,02	10.965.091,91	6,72
SUPRIMENTO DE FUNDOS	139.315,90	108.052,08	170.654,34	418.022,32	0,26
PREGÃO	6.085.860,64	61.000.435,36	28.643.236,93	95.729.532,93	58,65
TOTAL	10.516.158,36	96.075.036,53	56.642.574,98	163.233.769,87	100,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

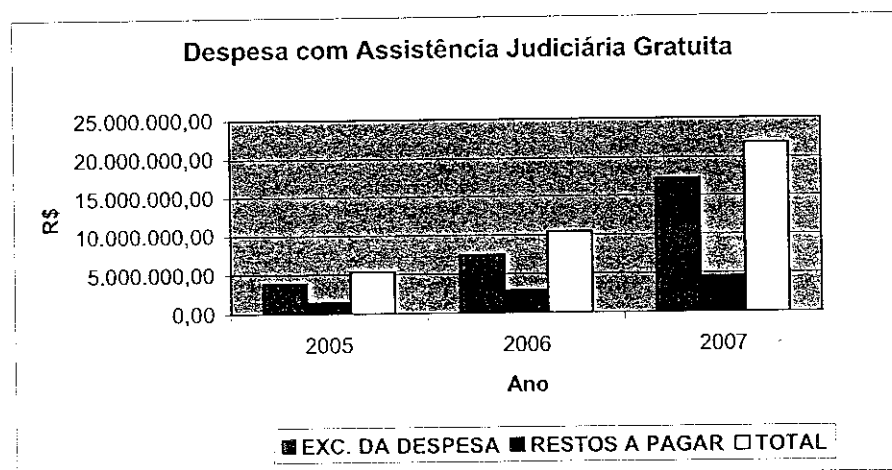


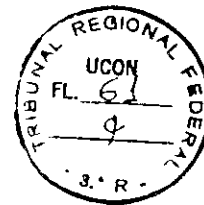
Neste tópico é demonstrado o indicador da despesa licitável por modalidade com relação ao montante as despesas executadas no exercício 2007.

i) Despesas com Assistência Judiciária Gratuita

Este indicador tem como finalidade medir a evolução da despesa efetuada com o custeio da Assistência Judiciária Gratuita, nos últimos três exercícios.

ANO	EXC. DA DESPESA	RESTOS A PAGAR	TOTAL
2005	3.905.656,97	1.441.121,00	5.346.777,97
2006	7.502.056,44	2.936.328,41	10.438.384,85
2007	17.192.165,21	4.564.641,53	21.756.806,74
TOTAL	28.599.878,62	8.942.090,94	37.541.969,56





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

j) Despesa da Região (exceto Precatórios e RPV) sobre a despesa total da Justiça

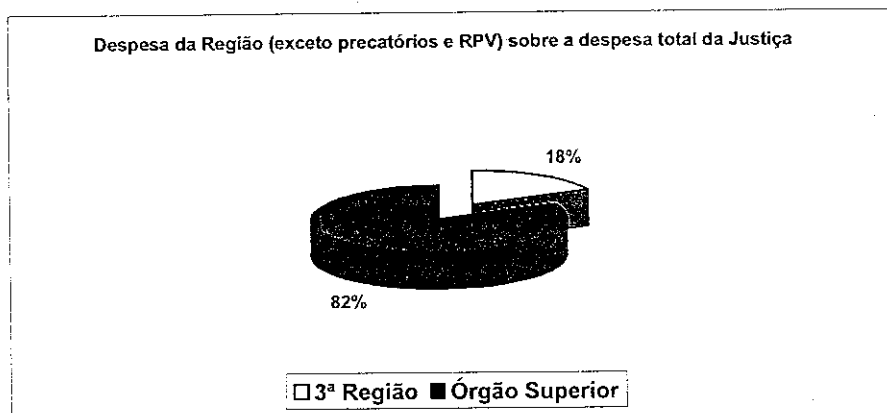
Esse indicador visa demonstrar a participação da Região no montante total da despesa executada pela Justiça Federal.

$$G3 = \frac{DDJF}{DPJF} \times 100$$

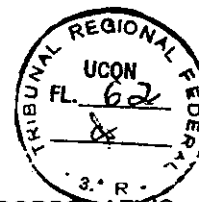
Onde:

DJF = despesa executada total da Região, excluindo Precatório e RPV: R\$ 1.155.230.478,94

DPJF = valor total da despesa executada pela Justiça Federal: R\$ 5.203.096.995,46



O gráfico acima demonstra que a participação da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região no total da Despesa Executada pela Justiça Federal, no ano de 2007, foi de 18,00%, o que corresponde a R\$ 1.155.230.478,94 (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos).



7- DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

As informações aqui expostas delineiam os gastos realizados na Unidade Gestora 090017 - Seção Judiciária de São Paulo por meio de Cartão de Crédito Corporativo devido à impossibilidade de tais despesas submeterem-se ao processo licitatório de que trata a Lei 8666/93.

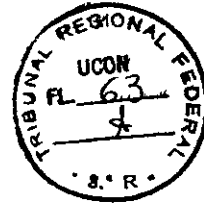
Conforme planejamento orçamentário de 2007, ficou designado por meio das notas de empenho números 2007NE000340 e 2007NE000335 as importâncias respectivas de R\$ 4.826,93 (quatro mil oitocentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos) na rubrica 33.90.30-MATERIAL DE CONSUMO e R\$ 927,00 (novecentos e vinte e sete reais) na rubrica 33.90.39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, totalizando R\$ 5.753,93 (cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

No intuito de impor celeridade às demandas inerentes, viabilizando as aquisições de recursos materiais enquadrados como despesas de pequeno vulto, apresentamos no quadro abaixo, os gastos desta natureza efetuados por meio do cartão de crédito corporativo, pertinentes aos exercícios de 2006 e 2007.

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS GASTOS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	2006		2007	
	NOTA DE EMPENHO	VALOR EM R\$	NOTA DE EMPENHO	VALOR EM R\$
3339030-04	2006NE001125	33,00	2007NE000340	100,50
3339030-21			2007NE000340	33,50
3339030-24	2006NE001125	2.458,86	2007NE000340	3.135,63
3339030-25	2006NE001125	831,30	2007NE000340	1.311,90
3339030-26	2006NE001125	2.091,32	2007NE000340	229,40
3339030-28			2007NE000340	16,00
3339030-39	2006NE001125	234,00		
3339039-16	2006NE001126	260,00	2007NE000335	280,00
3339039-17	2006NE001126	40,00	2007NE000335	618,00
3339039-19	2006NE001126	45,00		
3339039-20			2007NE000335	29,00
TOTAL		5.993,48		5.753,93

Os dados em referência espelham que houve um decréscimo nos gastos com cartão de crédito corporativo na ordem de 4%, de 2006 para 2007, equivalente a R\$ 239,55 (duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).



8 - CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

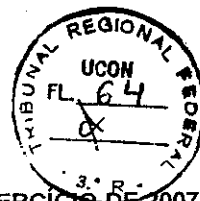
No decorrer do ano de 2007, tendo em vista seu objetivo de orientar as diversas áreas no Tribunal no que tange ao cumprimento das determinações legais, das orientações emanadas pelo Conselho da Justiça Federal e das decisões proferidas pela Corte de Contas da União, o Controle Interno emitiu orientações/recomendações exercendo, assim, atividade de caráter preventivo no qual o objetivo almejado foi o de atuar como facilitador evitando o erro, o re-trabalho e otimizando os recursos disponíveis.

As recomendações pronunciadas versaram sobre temas de interesse do Tribunal como: suprimimento de fundos, diárias, operações no SIAFI, reajustamento de preços dos contratos, retenções obrigatórias de impostos, licitações, folha de pagamento, aposentadoria e pensões.

Nos casos acima citados, observou-se que as ocorrências se concentraram no campo do erro formal, não acarretando conseqüências como prejuízo ou dano ao erário. As recomendações foram também objeto de estreita interação com as áreas, levando à reavaliação dos procedimentos adotados pelos gestores envolvidos do TRF 3ª Região e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, atesta-se o atendimento às recomendações e determinações expedidas pelo Controle Interno, ressaltando o envolvimento da Administração dos referidos órgãos no pronto cumprimento das orientações e determinações exaradas, demonstrando-se eficiência no trato da coisa pública.

Informamos que tais situações poderão ser obtidas no Relatório de Auditoria de Gestão, parte integrante da presente Tomada de Contas.



9 – ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2007

Foram encaminhados ao Controle Interno todos os atos, conforme segue:

Admissão e Desligamento de Magistrados

No exercício de 2007 houve 41 admissões de magistrados sendo fundamentadas na Lei nº 10.772/2003 e Resolução nº 61/2004-Pres-TRF-3ªR.

Todos os aspectos referentes à legalidade das admissões foram examinados pelo Controle Interno deste Tribunal, bem como o envio ao TCU da ficha Sisac para registro, obedecendo-se às disposições contidas na IN 55/2007 TCU.

Não houve desligamento de magistrados.

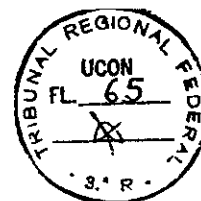
Admissões de Servidores

Não houve admissão de servidores no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na SJSP, na SJMS no exercício de 2007.

Desligamento de Servidores

No que tange ao quantitativo de desligamento dos servidores do quadro da 3ª Região, informamos: TRF 3ªR – 26 servidores, SJSP – 12 servidores; sendo que os desligamentos deram-se em virtude de posse em outro cargo inacumulável, exoneração e demissão; e, na SJMS não houve desligamentos.

Os desligamentos do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e Seção Judiciária de São Paulo foram encaminhados diretamente ao Tribunal de Contas da União pela área de Recursos Humanos, tendo em vista o disposto na IN nº 55/2007 TCU.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

10 – ATOS DE CONCESSÃO DE APÓS. REFORMA E PENSÃO EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO DE 2007

Foram encaminhados ao Controle Interno os atos, conforme segue:

Aposentadorias e Pensões de magistrados

Não houve concessão de aposentadoria, bem como pensão de magistrado no exercício de 2007.

Aposentadoria de Servidores

A concessão de aposentadoria totalizou: TRF – 8 aposentadorias; SJSP – 22 aposentadorias e na SJMS – não houve concessão.

A concessão das referidas aposentadorias deu-se por diversos motivos, como segue: 1) invalidez permanente com proventos proporcionais conforme Art. 40, § 1º, Inc. I da CF com redação da EC nº 41/03; 2) invalidez permanente com proventos integrais, conforme Art. 40, § 1º, Inc. I, da CF com redação dada pela EC nº 41/03 regulamentado pela Lei nº 10.887/2004; 3) voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, conforme Art. 6º da EC 41/2003, com VPNI prevista no Art. 62-A da Lei nº 8.112/90; 4) voluntária por tempo de contribuição com proventos proporcionais, conforme Art. 8º, Inc. I, II e III, § 1º, Inc. I, Alínea “a” e “b” da EC nº 20/98, assegurado pelo Art. 3º, § 2º, da EC nº 41/2003; 5) voluntária por idade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme Art. 40, § 1º, Inc. III, Alínea b, da CF com redação dada pela EC nº 20/98, assegurado pelo Art. 3º, § 2º, da EC nº 41/2003; 6) compulsória com proventos proporcionais ao tempo de serviço e/ou tempo de contribuição, conforme Art. 40, § 1º, Inc. II da CF com redação dada pelas EC nºs. 20/98 e 41/2003 c/c Arts. 186, II e 187 da Lei nº 8.112/90.

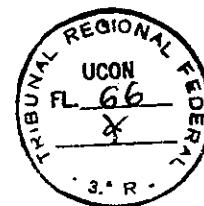
Todas as concessões de aposentadorias foram devidamente analisadas pelo Controle Interno e apresentadas por meio eletrônico ao TCU, por intermédio da ficha Sisac para registro, com fiel observância das disposições contidas na IN 55/2007 TCU.

Pensão de Servidores

No ano de 2007, as pensões totalizaram: TRF – 2; SJSP - 12 e SJMS - 02.

Foram instituídas pensões vitalícias; fundamentação legal: art. 40, § 7º, I da CF, com redação dada pela EC nº 41/2003 e Arts. 217, I, “a”, e, 218 da Lei nº 8.112/90, em cota correspondente a 100%.

As fichas das pensões dos servidores foram encaminhadas ao Controle Interno para averiguação da legalidade e remessa ao TCU para fins de registro na forma definida pelo Manual de Instrução e com base na Tabela de Fundamentos Legais do Sisac.



11 – PROVIDÊNCIAS PARA CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCU

Em 2007 o Tribunal de Contas da União prolatou os seguintes Acórdãos com determinações à Justiça Federal da 3ª Região: Acórdão nº 0066/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 0062/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 0626/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 0929/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 2646/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 0926/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 1519/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 1696/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 1701/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 1863/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 1080/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 3032/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 3617/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 3028/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 2579/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 3142/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 3072/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 1226/2007 – 1ª Câmara/TCU; Acórdão nº 2578/2007 – 1ª Câmara/TCU.

Conformidade das ações da Administração:

A Administração da Justiça Federal da 3ª Região prontamente diligenciou aos servidores, cientificando-lhes do teor dos Acórdãos em comento e comunicando-os da possibilidade, dentro do prazo legal, da interposição de recurso de reexame junto ao TCU.

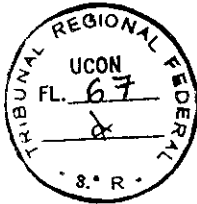
Procedeu-se, caso a caso, à revisão dos proventos, gratificações e/ou vantagens de quaisquer naturezas e, expedição de novos atos escoimados da impugnação apontada pelo Tribunal de Contas, submetendo-os novamente a exame por esse Tribunal.

No entanto, em dois Acórdãos de nº 3072/2007 e 2578/2007, as determinações não foram totalmente cumpridas, em razão dos pedidos de reexame interposto pelos servidores, sendo que ambos os Acórdãos tiveram efeito suspensivo.

Por oportuno, esclarecemos que a Administração da Justiça Federal da 3ª Região adotou todas as providências pertinentes e legais enviando a justificativa de ausência de atendimento integral aos Acórdãos, pelos motivos citados, à Corte de Contas.

12 – INFORMAÇÕES SOBRE OS ITENS 12, 13 E 14 DA DEC. NORMATIVA Nº 85/2007-TCU

Informamos que no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região não ocorreram situações passíveis de realização de Tomada de Contas Especial descritas nos respectivos itens.



13 – PERCENTUAL DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS E CARGOS EM COMISSÃO

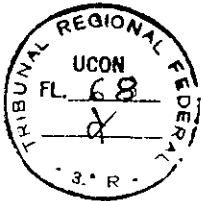
Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 5º do Art. 5º da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

Justiça Federal de Segundo Grau – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

QUANTITATIVO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS CJ OU FC				OCUPAÇÃO POR SERVIDORES DE CARREIRA JUDICIÁRIA			
CJ OU FC	EXISTENTES	PROV. DOS	VAGOS	QUADRO	REQUISITADOS	REQUIS. OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
A	B	C	D	E	F	G	H
CJ 04	1	1	0	1	0	0	0
CJ 03	74	74	0	43	6	2	10
CJ 02	74	72	2	48	6	0	7
CJ 01	81	80	1	73	1	0	4
SUBTOTAL	230	227	3	165	13	2	21
FC 06	20	20	0	18	1	1	0
FC 05	124	123	1	120	1	0	0
FC 04	603	596	7	548	11	1	0
FC 03	0	0	0	0	0	0	0
FC 02	98	93	5	85	2	1	0
FC 01	11	11	0	11	0	0	0
SUBTOTAL	856	843	13	782	15	3	0
TOTAL GERAL	1086	1070	16	947	28	5	21

CJ ou FC	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CJ OU FC POR SERVIDOR				
	DO QUADRO	REQUISITADOS	REMOVEDOS	REQUISIT. DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
CJ	72,69%	5,73%	11,45%	0,88%	9,25%
FC	92,76%	1,78%	5,10%	0,36%	0%
TOTAL CJ e FC	88,50%	2,62%	6,45%	0,47%	1,96%

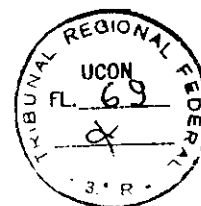
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO



Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária de São Paulo

QUANTITATIVO DE FUNÇÕES COMMISSIONADAS (CJ OU FC)				OCUPAÇÃO POR SERVIDORES DE CARREIRA JUDICIÁRIA			
CJ OU FC	EXISTENTES	PROVISÓRIAS	VAGOS	QUADRO	REQUISITADOS	REQUISITADOS DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
A	B	C	D	E	F	G	H
CJ 04	0	0	0	0	0	0	0
CJ 03	151	148	3	128	19	0	1
CJ 02	2	2	0	1	1	0	0
CJ 01	6	6	0	6	0	0	0
SUBTOTAL	159	156	3	135	20	0	1
FC 06	10	10	0	10	0	0	0
FC 05	1202	1177	25	1139	38	0	0
FC 04	311	305	6	292	13	0	0
FC 03	213	208	5	198	10	0	0
FC 02	125	92	33	78	14	0	0
FC 01	47	44	3	40	4	0	0
SUBTOTAL	1908	1836	72	1757	79	0	0
TOTAL GERAL	2067	1992	75	1892	99	0	1

CJ ou FC	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CJ OU FC POR SERVIDOR			
	DA CARREIRA		REQUISITADOS DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
	DO QUADRO	REQUISITADOS	%	%
CJ	87%	13%	0%	1%
FC	96%	4%	0%	0%
TOTAL CJ e FC	95%	5%	0%	0%

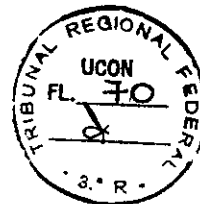


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul

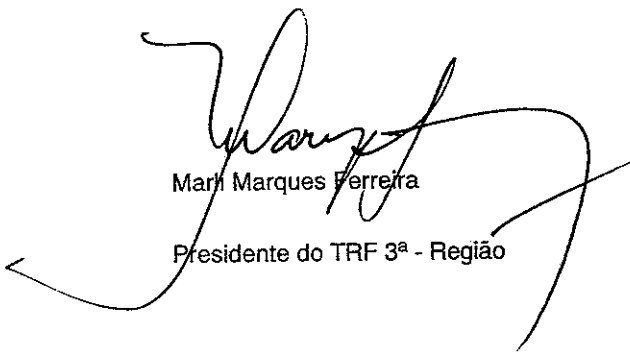
QUANTITATIVO DE FUNÇÕES COMMISSIONADAS CJ OU FC				OCUPAÇÃO POR SERVIDORES DE CARREIRA JUDICIÁRIA			
CJ ou FC	EXISTEN- TES	PRO- VI- DOS	VAGOS	QUADRO	REQUISITA DOS	REQUISIT OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
A	B	C	D	E	F	G	H
CJ 04	0	0	0	0	0	0	0
CJ 03	15	15	0	11	3	0	1
CJ 02	0	0	0	0	0	0	0
CJ 01	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL	15	15	0	11	3	0	1
FC 06	2	2	0	1	1	0	0
FC 05	119	115	5	106	8	0	0
FC 04	15	15	0	13	2	0	0
FC 03	13	13	0	12	1	0	0
FC 02	10	5	5	4	0	1	0
FC 01	2	2	0	2	1	0	0
SUBTOTAL	161	151	10	138	12	1	0
TOTAL GERAL	176	166	10	149	15	1	2

CJ ou FC	PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DE CJ OU FC POR SERVIDOR			
	DA CARREIRA		REQUISIT. DE OUTRAS CARREIRAS	SEM VÍNCULO
	DO QUADRO	REQUISITADOS		
CJ	73%	20%	0%	7%
FC	91%	8%	1%	0%
TOTAL CJ E FC	90	9%	1%	1%



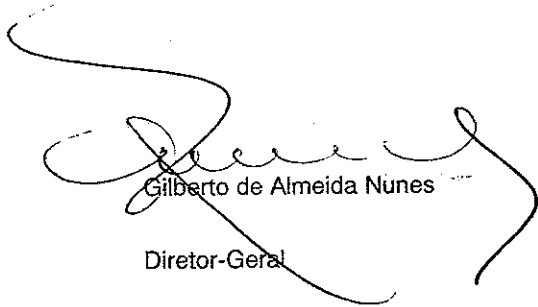
Os resultados das ações e metas fixadas para o exercício de 2007, descreveram o alinhamento com os recursos orçamentários colocados à disposição deste Tribunal e Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

São Paulo, 30 de abril de 2008.



Mari Marques Ferreira

Presidente do TRF 3ª - Região



Gilberto de Almeida Nunes

Diretor-Geral